



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB**  
**CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**FRANCISCA MARILHANDA TAVARES ALVES**

**O ENSINO DE CIÊNCIAS E AS NOÇÕES DE GÊNERO PRODUZIDAS PELA  
MÍDIA**

PICOS  
2018

**FRANCISCA MARILHANDA TAVARES ALVES**

**O ENSINO DE CIÊNCIAS E AS NOÇÕES DE GÊNERO PRODUZIDAS PELA  
MÍDIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à  
Coordenação do Curso de Ciências Biológicas  
modalidade Licenciatura da Universidade Federal do  
Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros -  
Picos, como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Graduado em Ciências Biológicas.

**Orientadora:** Me Nilda Masciel Neiva Gonçalves.

## FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca José Albano de Macêdo

**A474e** Alves, Francisca Marilhanda Tavares.

O ensino de ciências e as noções de gênero produzidas pela mídia . / Francisca Marilhanda Tavares Alves. – 2018.

65 f.

CD-ROM : il; 4 ¾ pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019.

Orientador(A): Profa. Ma. Nilda Masciel Neiva Gonçalves.

1. Mídia – Gênero. 2. Ensino de Ciências. 3. Preconceito - Gênero. I. Título.

**CDD 301.418**

FRANCISCA MARILHANDA TAVARES ALVES

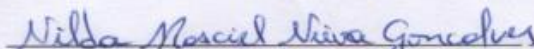
O ENSINO DE CIÊNCIAS E AS NOÇÕES DE GÊNERO PRODUZIDAS PELA  
MÍDIA

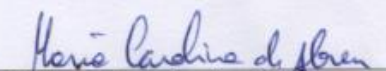
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Ciências Biológicas  
modalidade Licenciatura da Universidade  
Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio  
Nunes de Barros - Picos, como requisito  
parcial para a obtenção do grau de Graduado  
em Ciências Biológicas.

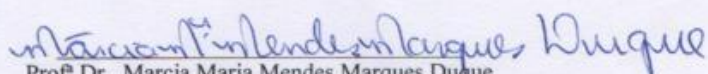
**Orientadora:** Profa. Me Nilda Masciel Neiva  
Gonçalves.

Aprovado em: 04/12/2018

**Banca Examinadora:**

  
Prof.<sup>a</sup> Me. Nilda Masciel Neiva Gonçalves  
Orientadora – UFPI

  
Prof.<sup>a</sup> Dr. Maria Carolina de Abreu  
Universidade Federal do Piauí  
Membro

  
Prof.<sup>a</sup> Dr. Marcia Maria Mendes Marques Duque  
Universidade Federal do Piauí  
Membro

“Um mundo de igualdade não é feito de pessoas iguais, mas de pessoas com direitos iguais para serem diferentes”. (ROSANA HERMANN)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus em primeiro lugar por sempre ter me dado força e determinação no percurso dessa caminhada, por ter segurado em minha mão e nunca ter me desamparado. A caminhada foi longa, os desafios inúmeros, e as provações encontradas nesse caminho também não foram fáceis. As noites em claro e as lágrimas derramadas foram incontáveis, mas a vontade e o desejo de conseguir sempre foram bem maiores.

Agradeço também imensamente a toda a minha família, por todo o apoio e confiança que depositaram em mim, obrigada á minha mãe (Dona Maurina) por sempre estar comigo, por ser o meu porto seguro, por acreditar em mim, e me fazer acreditar também, por sempre ter se doado e nunca ter desistido apesar de todas as dificuldades que surgiram em nosso caminho.

Agradeço as minhas irmãs (Marilene e Tatiana), por se fazerem sempre presentes em minha vida, por me ajudarem sempre que preciso, por acreditarem em mim e no meu esforço, mas principalmente por me motivarem a prosseguir, mesmo em momentos de desânimos e tristezas, sou muito grata a vocês.

Agradeço aos meus sobrinhos (Ana Monique e Henrique), por existirem e por trazerem alegria á toda nossa família, vocês também são motivações de acreditarmos e lutarmos, por um mundo melhor, com mais esperança amor e fraternidade.

Agradeço ao meu esposo (Jhonatan Alves) por todo o apoio, paciência e cuidado, obrigada por não me deixar desistir em meio á momentos de desespero, você sempre manteve a esperança mesmo com tamanhas dificuldades, só nós dois sabemos de tudo que já passamos, para hoje estarmos aqui, muito obrigada por ter vivido tudo isso ao meu lado, e saiba que essa conquista não é só minha.

A minha eterna gratidão á todos os meus professores que participaram da minha formação, desde o ensino fundamental até a graduação, sem vocês nada disso seria possível, tenho muita gratidão, admiração, e respeito por todos vocês.

Muita gratidão também, á orientadora desse trabalho, Nilda Masciel Neiva Gonçalves, por todo o conhecimento repassado, por toda a paciência e confiança, pelo carinho e o aprendizado adquirido, muito obrigada. Agradeço ao grupo de pesquisa LAPEDONE, pelo apoio e oportunidade de participar, e aprofundar cada vez mais os meus conhecimentos.

## RESUMO

Pensar nas questões de gênero veiculadas na mídia é fator colaborativo para compreensão das desigualdades e preconceitos existentes no espaço escolar. Com esse pensar, o trabalho objetivou analisar o preconceito de gênero em noticiários nacionais e apresentar a aceitação ou não dos noticiários referentes a questões de gênero por alunos mestres durante aulas de Ciências e Biologia, especificamente, caracterizar noticiários nacionais associados ao gênero; realizar uma releitura dos noticiários, associando-os ao conhecimento biológico e cultural. Para a realização do trabalho foram selecionados 10 noticiários publicados em 2017, levando em consideração a ausência de termos agressivos e datas mais recentes de publicação. Após a seleção dos noticiários os mesmos foram apresentados a alunos regularmente matriculados no Curso de Ciências Biológicas da UFPI que emitiram pareceres sobre sua utilização durante aulas de Ciências e Biologia. A análise dos dados coletados ocorreu com a utilização da técnica “Análise de Conteúdos” de Bardin, onde os dados foram agrupados em quatro categorias de análise: sexismo e educação; sexismo e mercado de trabalho; lutas femininas contra o sexismo; questões de gênero no ensino de Ciências\Biologia. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. Os resultados mostraram que os noticiários apresentam dados que comprovam a existência do preconceito de Gênero em nosso país, sendo a mulher a maior vítima do mesmo. Trata-se da supervalorização de uma cultura hegemônica e machista que pouco considera o processo participativo das mulheres na sociedade. Para os alunos-mestres participantes da pesquisa a utilização de noticiários que tratam da temática gênero é importante e pode ocorrer durante as aulas de Ciências/Biologia, os noticiários apresentam dados da realidade e podem contribuir para compreensão de fatores culturais gerados do preconceito.

**Palavras Chave:** Noticiários. Educação. Reflexão. Ensino.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 NA ESCOLA, PORQUE FALAR DE GÊNERO? .....</b>	<b>10</b>
2.1 PRECONCEITO DE GÊNERO .....	11
2.2 SOCIEDADE E O PRECONCEITO DE GÊNERO .....	13
2.3 NA MÍDIA, QUESTÕES DE GÊNERO .....	14
2.4 MULHERES NA LUTA CONTRA O PRECONCEITO DE GÊNERO .....	20
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>23</b>
3.1 ÁREA DE ESTUDO .....	24
3.2 TIPO DE PESQUISA, PARTICIPANTES DA PESQUISA E INSTRUMENTOS .....	25
<b>4 RESULTADOS .....</b>	<b>27</b>
4.1 SEXISMO E EDUCAÇÃO.....	29
4.2 SEXISMO E MERCADO DE TRABALHO .....	31
4.3 AS LUTAS FEMININAS PELA ELIMINAÇÃO DO SEXISMO .....	32
4.4 QUESTÕES DE GÊNERO E ENSINO DE CIÊNCIAS\BIOLOGIA. ....	35
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>
<b>APÊNDICE – QUESTIONÁRIO ABERTO.....</b>	<b>47</b>
<b>ANEXOS</b>	
<b>NOTICIÁRIO 1 – “UNESCO ALERTA SOBRE A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ACESSO À EDUCAÇÃO”.</b>	
<b>NOTICIÁRIO 2 – “DESIGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES AUMENTA; BRASIL CAI 11 POSIÇÕES EM RANKING”.</b>	
<b>NOTICIÁRIO 3 – “DESIGUALDADES ENTRE GÊNERO AUMENTA EM 2017 MUNDIALMENTE, APONTA FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL”.</b>	
<b>NOTICIÁRIO 4 – “EM PLENO 2017, DESIGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES CRESCE”.</b>	
<b>NOTICIÁRIO 5 – “COMO UMA FOTO ESCANCAROU A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO SKATE”.</b>	
<b>NOTICIÁRIO 6 – “COMO TRABALHAR A IGUALDADE DE GÊNERO NA ESCOLA”.</b>	
<b>NOTICIÁRIO 7 – “VIOLÊNCIA RELACIONADA A IDENTIDADE DE GÊNERO</b>	



E ORIENTAÇÃO SEXUAL, FAZ ALUNOS ABANDONAREM ESCOLA”.

**NOTICIÁRIO 8** – “EDUCAÇÃO PRECISA ENFRENTAR VIOLÊNCIA DE GÊNERO, APONTA DEBATE”.

**NOTICIÁRIO 9** – “QUINZE MULHERES MORREM POR DIA NO BRASIL POR VIOLÊNCIA DE GÊNERO”.

**NOTICIÁRIO 10** – “MULHERES APOIAM MULHERES A CAMPANHA DA ONU NOS 16 DIAS DE ATIVISMO ROMPER O CICLO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, REVELA”.

## 1 INTRODUÇÃO

É notável, a presença do preconceito e discriminação de gênero na sociedade em que vivemos. Dessa maneira, a mídia começa a discorrer sobre esse tema levando as pessoas a refletir sobre a existência e formas de preconceito em diversos espaços. Isso ocorre, à medida que, considera-se aceitável a imposição de valores socialmente construídos ao longo do nosso processo histórico (LOURO, 2001).

Para Bandeira e Batista (2002), o preconceito aparece como forma de relacionamento com outro ser, que é preferível, aquilo que costuma ser comum, e se exclui valores tidos como diferentes, ou mudanças de papéis sociais. Isso porque, segundo Goffman (1988), a sociedade julga as pessoas de acordo com aquilo que se é aceito ou não, criando normas de acordo com as necessidades que a sociedade estabelece. Quem desrespeita ou apresenta-se diferente as exigências sociais, passa a ser excluído e nomeado como diferente.

No ambiente escolar, muitos alunos recebem tratamentos preconceituosos, são constrangidos e em algumas vezes chegam a ser até agredidos, na maioria das vezes, isso ocorre, porque estes indivíduos possuem uma identidade de gênero diferente da heteronormativa. As instituições devem procurar desenvolver trabalhos que problematizem práticas discriminatórias e desigualitárias (JUNQUEIRA, 2009).

A violência de gênero se apresenta, na sociedade contemporânea, como uma das piores formas de desrespeito ao ser humano, tendo seus direitos violados. Para Ramos (2016, p. 31), “os direitos humanos asseguram uma vida digna, na qual o indivíduo possui condições adequadas de existência, participando ativamente da vida de sua comunidade”. Com a presença do preconceito e violência, que culturalmente surgem pelo julgamento exagerado da sociedade, é possível assegurar o direito de todo cidadão (ã)? Fato é que, o estado não está conseguindo assegurar a liberdade de subjetividade e de identidade.

Sendo a escola espaço de formação, cabe a mesma, questionar se os papéis impostos socialmente, correspondem as subjetividades presentes em seu espaço e buscar formas de conscientização coletiva, da diversidade de gênero que constitui nossa nação, bem como, da pluralidade cultural que aqui existe. Assim, não se pode negar o papel da mídia, que produz subjetividades constantemente e sua interferência no processo formativo.

Para Prado (2008), a definição de gênero assume um caráter de grande importância, a partir disso que surgiram questionamentos sobre o patriarcado e a heteronormatividade, fazendo com que as distinções de gênero se façam presente, sem que haja a diminuição de nenhum, sendo que cada um possui sua importância em suas particularidades, não havendo superior e inferior, tendo respeito, e compreensão para cada ser humano, independente a qual gênero pertença.

Diante da forte atuação da mídia e do seu poder de manipular massas é necessário pensar nas noções de gênero, por ela apresentada, e a inserção dessa temática no ensino de Ciências. Partindo dessa proposição, esse estudo torna-se relevante por possibilitar uma análise do que está sendo vinculado na mídia e por permitir apresentar proposições para o ensino de Ciências com o uso de conteúdos midiáticos, buscando a integralidade entre conhecimentos biológicos e cultura. Assim, objetivou analisar o preconceito de gênero em noticiários nacionais e apresentar a aceitação ou não dos noticiários referentes a questões de gênero durante aulas de Ciências e Biologia, especificamente, caracterizar noticiários nacionais associados ao gênero; realizar uma releitura dos noticiários, associando-os ao conhecimento biológico e cultural.

A pesquisa não propõe apresentar soluções definitivas quanto a utilização da mídia durante a aprendizagem de Ciências, mas, fomentar reflexões nessa área, por acreditar ser possível o trabalho com noticiários durante as aulas de Ciências, a fim, de gerar o desenvolvimento de um pensar crítico sobre as questões de gênero.

## 2 NA ESCOLA, PORQUE FALAR DE GÊNERO?

As questões de gênero, muitas vezes, não são vistas com bons olhos pela comunidade escolar, assim, tornam-se pouco discutidas nos espaços escolares ajudando a ampliar os dados de preconceito e violência relacionados ao gênero.

Nesse contexto, para que as escolas consigam produzir um conhecimento amplo sobre o significado do termo gênero, e sobre os preconceitos até então direcionados a este, deve ocorrer maior divulgação e esclarecimento sobre o assunto. Muitos são os problemas escolares, direcionados a essa temática, e costumam estar presentes em situações do dia-a-dia (ROSEMBERG, 2001).

As escolas precisam refletir sobre o respeito aos gêneros e as sexualidades, como forma, de atendimento as necessidades formativas de transgêneros, travestis, homossexuais, transexuais, dentre outros, que desejem estar na escola e dela participar ativamente. Então, a mesma não pode constituir-se como espaço de preconceitos e violência de gênero (MISKOLCI, 2012).

Muitas instituições escolares se opõem a abordagens sobre a diversidade de gênero no currículo formal, Camargo e Ribeiro (2003), afirmam, que isso ocorre, devido a escola compreender as reflexões sobre gênero, como algo inapropriado para alunos e professores, considerando que essas discussões na escola podem estimular uma descoberta precoce da sexualidade em crianças e adolescentes. Diferente pensa Louro (2008), ao perceber que as escolas podem ajudar na construção das identidades de gênero e identidades sexuais, por comportar uma grande diversidade de sujeitos e ampla constituição cultural.

É na escola e principalmente na sala de aula que deve haver o reconhecimento da pluralidade das identidades e de comportamentos associados as diferenças (SILVA, 1996). Deve haver uma discussão e problematização sobre os diversos tipos de identidades, para que haja uma compreensão da temática no ensino. Britzman (2001, p. 109), complementa que é papel dos educadores:

Estar dispostos a estudar a postura de suas escolas e a ver como essa postura pode impedir, ou tornar possíveis diálogos com outros professores e com os estudantes. As professoras precisam perguntar como o seu conteúdo pedagógico, afeta a curiosidade do/ a estudante e suas relações com os/ as estudantes. Elas devem estar preparadas para serem incertas em suas explorações e ter oportunidades, para explorar

a extensão e os surpreendentes sintomas de sua própria ansiedade. [...]. É preciso que as educadoras e os educadores se tornem curiosos sobre suas próprias conceptualizações sobre o sexo, e ao fazê-lo se tornem abertos, também para as explorações e as curiosidades de outros relativamente à liberdade do domínio imaginário.

Segundo Sérgio Carrara (2009), existem situações cotidianas que contemplam preconceitos sexistas e homofóbicos, em sala de aula isso ocorre frequentemente quando meninos tem comportamentos associados ao sexo feminino, assim, passam a ser chamados na escola, por coleguinhas, de “mulherzinha”, com intenção de ofende-lo ou diminuí-lo, pelo simples fato de não haver um conhecimento explícito na escola sobre identidades de gêneros, ou mesmo sobre o respeito necessário para com as preferencias individuais.

Diante de inúmeras situações, que por vezes, são produzidas ou reproduzidas dentro do espaço escolar e caracteriza-se como preconceito de gênero, a escola deve ater-se para a necessidade da discussão dessa temática em prol do atendimento aos direitos humanos e respeito a diversidade de gênero e pluralidade cultural. Na escola, falar de gênero torna-se um imperativo. Nesse contexto, toda a comunidade escolar deve estar atenta para as diversas formas de preconceito, relacionadas ao gênero, a fim de, superar a visão machista, homofóbica, sexista, presente nos espaços escolares.

Falar de gênero na escola é uma questão de respeito as subjetividades, individualidades, singularidades e forma precisa, de diminuição de preconceitos geradores de desrespeito e violência.

## 2.1 PRECONCEITO DE GÊNERO

O preconceito não é uma característica individual (CROCHÍK, 1997), constitui-se culturalmente através da especificação de valores e comportamentos ditos normais ou não. Assim, os indivíduos agem preconceituosamente, baseados no processo histórico, que apresenta a negação de variada diversidade de gêneros e diferenças.

O preconceito e as desigualdades direcionados as identidades de gêneros, são construídos desde muito cedo, principalmente, dentro das próprias famílias. É importante enfatizar que nós não nascemos convictos de nossa identidade sexual, mas, a nossa cultura já nos diz quem somos e muitas vezes até nos reinventam de acordo com seus costumes, hábitos e práticas educacionais (CROCHIK, 1997).

De acordo com Lima (2013), o preconceito nos dias atuais, não está relacionado apenas com desigualdades socioeconômicas, mas com a identidade de gênero, etnia, cultura, dentre outros. Assim, os preconceitos de gênero se evidenciam, cada vez mais, no nosso país. Um exemplo disso, são mulheres agredidas verbalmente e fisicamente, por homens preconceituosos, muitas vezes pelo próprio parceiro, que tem a mulher como um objeto de sua posse. No mercado de trabalho sofrem com o preconceito que está registrado em salários mais baixos e cargos de menor escalão. Embora, algumas conquistas tenham sido alcançadas nas últimas décadas, como por exemplo, o direito de votar, as mulheres ainda são minoria em cargos legislativos, executivos e judiciários (LIMA, 2013). Ainda sofrem, com as ideias machistas de sua fragilidade, impotência, incapacidade ou destreza para realizar algumas atividades.

Poucos homens, pensam como Nascimento (1999), que acredita no potencial da mulher e na superação das desigualdades, sendo delegado as mesmas, tratamento particular, asseguradas condições mínimas de trabalho, dentre outros fatores. Para Soares (2008, p. 81), o preconceito permanece devido à forma como as mulheres são vistas em nosso meio: “[...] a mulher é um sujeito social, historicamente determinado, a partir de uma história oculta e perdida no emaranhado do poder patriarcal. Submissa ao homem, em todo nosso processo histórico, ser sem história ou grandes feitos.” Dessa forma, embora as mulheres tenham conquistado maior visibilidade nos últimos anos, ainda é possível notar que as relações entre elas e os homens ainda têm como característica cerne as desigualdades. Estas se fazem presente e se manifestam inevitavelmente nas múltiplas instâncias sociais, entre as quais, na escola (LEÃO, 2012, p. 47).

É muito comum também ocorrer agressões físicas e verbais contra transgêneros, devido a não aceitação de sua identidade, cabe ressaltar que muitas vezes essas situações tornam-se incontroláveis e as vítimas que sofrem esse tipo de preconceito\violência acabam por optar pelo suicídio (OLWEUS, 1993).

Portanto, diante da discriminação, preconceito, violência que tomam os espaços educacionais, torna-se urgente reflexões que valorizem a diversidade cultural, as diferenças, as singularidades e preguem o respeito a cada ser humano que habita a terra, anulando visões distorcidas e normativas quanto as subjetividades, identidades e modos de vida, pois, “[...] o estigma e a discriminação são, barreiras à construção da cidadania plena de qualquer indivíduo. Não devem ser admitidos no espaço escolar”. (SEFFNER, 2009, p.125).

## 2.2 SOCIEDADE E O PRECONCEITO DE GÊNERO

A atual realidade em que vivemos nos mostra que o termo “gênero”, passou a ser mais discutido e questionado na sociedade, pois, o que anteriormente era visto como sinônimos de “mulheres”, “feminismo”, ou “homens”, “marxismo”, hoje já pode ser compreendido como uma construção social do ser. Baseado nisso Scott, (2009), afirma:

A linguagem é o centro da teoria lacaniana; é a chave do acesso da criança à ordem simbólica. Através da linguagem a identidade de gênero é construída. Segundo Lacan, o fato é o significante central da diferença sexual, mas o sentido do falo tem que ser lido de forma metafórica [...]. O princípio de masculinidade baseia-se na repressão necessária dos aspectos femininos – do potencial bissexual do sujeito; e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino. Desejos reprimidos estão presentes na unidade e subvertendo sua necessidade de segurança. Ademais, as ideias conscientes do masculino e do feminino não são fixas, já que elas variam segundo os usos do contexto [...]. Essa interpretação implica também que o sujeito se encontra num processo constante de construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente, referindo-se à linguagem como um lugar adequado para a análise. Enquanto tal, considero-a instrutiva (p. 10-11).

Na grande maioria das vezes, homens e mulheres são categoricamente divididos dentro da sociedade em que vivem, ou seja são enquadrados dentro dessa sociedade com base em conceitos estabelecidos por uma cultura, e a partir disso começam a surgir inúmeros conflitos envolvendo ambos os gêneros, isso ocorre em decorrência de existir uma cultura predominante em nosso meio onde as mulheres devem estar apenas dentro de casa cuidando do marido e dos filhos, estas ainda não devem buscar oportunidades fora de casa. Cabral e Diaz (1999), salientam que questões ligadas as mulheres são tratadas sob uma perspectiva de que o termo gênero está sendo construído socialmente, que busca entender apenas como ocorre as relações entre homens e mulheres e quais os seus papéis, estabelecendo ainda uma relação de poder.

Segundo Carloto (2001), o conceito do termo gênero está associado a ações representativas sociais e culturais feitas com base nas diferenças biológicas dos sexos, sendo que o conceito de gênero compreende basicamente o desenvolvimento de uma compreensão sobre o que é ser masculino ou feminino como construção social. A autora cita ainda que o afastamento desses seres de suas respectivas funções poderia causar um

grande impacto nas pessoas, por estarem adaptadas a uma cultura hegemônica onde as mulheres devem estar na cozinha e os homens em locais diferentes deste, baseando-se nisso Rosaldo (1995, p. 22), enfatiza que:

[...] gênero, em todos os grupos humanos, deve então ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social.

Embora ainda exista uma grande diferença entre homens e mulheres na sociedade, principalmente quando se trata de poder, é importante enfatizar que as lutas existentes se referem a uma investigação de como foi e vem sendo construída a imagem de “mulher subordinada”, e “homem dominador”. Sabe-se que isso é herdado de uma cultura onde a sociedade como um todo defendia a ideia de que o sexo feminino deve sempre estar sujeito á submeter-se às vontades e desejos que lhe é imposto (ARAÚJO, 2000).

Socialmente as mulheres vivem completamente de forma desigual, seja no mercado de trabalho, na quantia do salario, na escola por exemplo, ainda continua sendo posto em pauta que as meninas devem saber seus lugares, o que devem fazer, ou seja essas escolas contribuem para a reprodução do machismo dentro do ambiente escolar, fazendo assim com que os garotos tenham maior liberdade, nas escolas religiosas esses preceitos acabam sendo ainda maiores, pois os ensinamentos são mais direcionados sobre quais são as funções das mulheres e quais as funções dos homens, e ainda coloca em ênfase que o pai é o chefe da família, aquele que tem total poder e que deve ser obedecido, desse modo Faria e Nobre (1997), afirmam:

Nos livros didáticos as famílias são sempre brancas, o pai tem um emprego fora de casa e a mãe aparece sempre de avental, servindo a mesa ou costurando. O menino está sempre brincando de caminhãozinho ou bola e a menina está sempre com uma boneca, olhando o irmãozinho brincar de coisas mais interessantes (p. 26-27).

### 2.3 NA MÍDIA, QUESTÕES DE GÊNERO

Desde a antiguidade, a racionalidade, a linguagem e a espiritualidade, são provenientes de cada ser humano em particular, no entanto, no mundo atual todos esses fatores passam a se transformar em mera história, onde essas forças de existência



concreta devem passar a se relacionar como homem e mulher, baseando-se nos processos biogênicos e sexo gênicos (OHNO, 1978).

Bozon e Giami (1999), compreendem as relações de gênero como categorias presentes nas ordens sociais, em que além da posição da mulher como submissa, há também as relações existentes entre sexo e poder. O homem, constitui-se sempre, como ser dominador, capaz de resolver qualquer problema, sujeito capaz de dominar e liderar qualquer situação. A mulher, sexo frágil, objeto do homem, deve obedecer-lo. Assim, as relações sexistas surgem com o poder físico do homem sobre a mulher e perduram até os dias atuais.

Para Segato (1998), as características atribuídas aos homens e as mulheres, são adquiridas desde cedo, dentro das próprias famílias, isto é, estas características são impulsionadas a emergir na presença de cenas familiares, onde papéis são bem definidos e não ocorre a invasão de espaços. Afirma ainda, que não existe igualdade de gênero, e que sempre ocorreram denúncias de uma estrutura hierarquizada, seja relacionado às opressões que as mulheres sofrem, a falta de direitos e oportunidades, ou até mesmo de sofrimentos, onde todos esses fatos apontam que o gênero se apresenta dentro de um domínio de poder e que se manifesta em diferentes níveis. Michel Foucault (1979, p. 16), em *Microfísicas do Poder*, apresenta uma discussão em torno da constituição de poder que pode parecer observável nos gêneros:

Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas de ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E tudo funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas que se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento do poder.

Portanto, trata-se da manutenção do poder entre os gêneros e das relações normativas que foram historicamente desenvolvidas. Transformar o que historicamente foi produzido é o grande desafio, que deve ser abraçado pelas instituições educativas, para isso, professores e gestores precisam refletir sobre que escola desejam, para que sociedade, que cidadãos propõem formar?

Quem também sofre com o preconceito no espaço escolar são os transgêneros, para Bernini (2011, p. 34), transgeneridade é o termo aplicado “às pessoas que se

identificam com o gênero oposto ao sexo de nascimento”. Pode-se afirmar que essas pessoas não se enquadram ao seu gênero de nascimento e decidem optar pelo gênero oposto, devido à necessidade de sentir-se bem, quando estas insistem em permanecer de acordo com o gênero de nascimento passam a enfrentar adversidades consigo mesmo. Assim, a comunidade escolar deve estar preparada para ajudar seus alunos a compreender os processos que ocorrem em seu próprio corpo e a conhecer a si mesmo e aceitar-se. Esse fato, pode levar a uma considerável queda em suicídios na adolescência ou fase adulta.

Para Heilborn (2002, p. 78), o processo de construção de identidades está ligado à forma que o indivíduo se socializa, ou seja, com quem convive e onde vive, “isto significa dizer, em última instância, que as escolhas e preferências dos indivíduos são socialmente fabricadas”, de acordo com o meio em que habitam. A mídia por sua vez, também tem suas contribuições para a formação e manutenção de conceitos e também de preconceitos, baseado nisso, Queiroz (2005, p. 51) afirma que a mídia brasileira:

É uma importante fonte de informação sobre o mundo para muitas pessoas, imagens equivocadas ou pouco realistas das minorias sexuais têm um efeito nocivo, já que promovem uma ilusão de que estas pessoas não experienciam alegrias, problemas cotidianos ou emoções humanas. Muitas vezes os jovens brasileiros (e adultos também) se espelham em personagens de novelas e a partir disso orientam suas ações. Neste sentido, podemos dizer que as telenovelas são uma ferramenta importante na afirmação de identidades heterossexuais.

Nesse contexto, não podemos negar que a mídia é um instrumento provocador e produtor de subjetividades, à medida que, apresenta papéis socialmente aceitos e que servem de espelho para produção de identidades. Também é notório, as imposições sociais na produção das identidades e o aumento do preconceito vinculado a papéis apresentados pela mídia, como ideais ou não.

As mídias, em geral, falam da vida como um todo, principalmente no que diz respeito aos seres humanos. Assim, a escola está, cada vez mais, utilizando-a para auxiliar na aprendizagem de conceitos. Fato esse, que nos leva a refletir sobre sua utilidade no espaço escolar.

Moram (2017), apresenta a televisão, o cinema, o vídeo, CDs ou DVDs (meios de comunicação audiovisuais), como recursos que desempenham, indiretamente, um papel educacional relevante. Passam-nos continuamente informações, interpretadas;

mostram-nos modelos de comportamento, ensinam-nos linguagens coloquiais e privilegiam alguns valores em detrimento de outros.

A TV, por exemplo, explica o autor, “fala da vida, do presente, dos problemas afetivos e fala de forma impactante e sedutora - a escola, em geral, é mais cansativa, menos atrativa.” (p. 43). O que se tenta contrapor na sala de aula, como o consumismo, a televisão, o cinema, as revistas de variedades e muitas páginas da Internet o desfazem nas horas seguintes. É nítida a diferença de exposição da informação, e convincente as estratégias midiáticas utilizadas, em prol do que se deseja divulgar. Ficando a escola, com a possibilidade de interagir ou não, com as diversas mídias que circulam e fazem parte da vida dos educandos.

Para Belloni (2007, p. 86) “as mídias não substituem a intersubjetividade das crianças, sua criatividade ou autonomia.” É preciso, porém, não esquecer que, no mínimo, estas máquinas maravilhosas fornecem conteúdos (imagens, símbolos, valores, modelos, representações) de que as crianças se apropriam e que elas reelaboram, criando suas culturas de pares, contribuindo, assim, para a reprodução da cultura de suas sociedades.

Desse modo, cabe ressaltar que para Piaget (1968), em sua concepção interativa do processo de socialização, o meio ambiente impõe sua realidade, nesse caso a mídia, e ocorre de forma ativa a integralização do seu campo de ação e de representação. Assim, a socialização constitui este processo de ação e interação com o mundo exterior, durante o qual se formam as estruturas de consciência e no qual o grupo de pares é fundamental.

Em um contexto no qual se desenvolvem mecanismos que permitam um estado de constante aprendizagem, aprender se transforma em necessidade cotidiana, já que a cada momento surgem novas e desafiadoras descobertas científicas e tecnologias que se incorporam às atividades econômicas e sociais e acarretam novos processos de produzir e usufruir bens e serviços que precisam ser avaliados criticamente. (MEDEIROS, 2009, p. 105).

Esta constatação indica que a tarefa primordial da escola passa a ser a de formar aprendizes autônomos, uma vez que, a maioria das informações e dos conteúdos escolares provavelmente precisarão ser complementados e mesmo revistos antes que os estudantes ingressem no mercado de trabalho (MEDEIROS, 2009).

Para Adorno (1999), o desenvolvimento tecnológico aumenta em consequência do consumo excessivo por parte de seus usuários, ou seja quanto mais se consome mais

quer se consumir, desse modo, algumas escolas acabam se restringindo a não oferecerem tais meios de comunicação para seus alunos, na maioria das vezes por medo dos mesmos se desligarem de suas mais importantes funções dentro da escola, e acabam não conseguindo enxergar o lado benéfico que a mídia pode mostrar, não só para os alunos mas também para a sociedade, pois através da mídia os alunos tem a possibilidade de ampliar seus conhecimentos, para além, do que é ofertado pelos conteúdos escolares.

De acordo com Ribeiro e Batista (2005), a mídia, e no caso especificamente a TV, exerce uma influência significativa no cotidiano de todos nós. Em relação às crianças e jovens, então, nem se fala, principalmente por estarem na fase de formação dos valores, conceitos, modelos de conduta e comportamento sexual. “Sabemos que a exposição precoce da criança a cenas de sexo e violência, de forma degradante, pornográfica e sem nenhum critério, pode interferir no seu desenvolvimento emocional. A criança armazena todo tipo de informação que recebe” (p.58). Por isso, deve-se ter qualidade nessa informação.

Nesse contexto, cabe uma análise do que é veiculado na mídia em relação as relações de gênero, que para Sartori (2008, p.32) deve ocorrer com a articulação entre o biológico e o social, ou seja, não negar as diferenças entre mulheres e homens, mas há que se reconhecer que o gênero marca a diferença fundamental entre os sexos e que a biologia não pode ser considerada a origem e a razão das diferenças entre os sexos (principalmente a subordinação).

Portanto, a análise do divulgado pela imprensa, denominada nas democracias, de quarto poder (ao lado dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo), exerce forte influência sobre os diversos campos da vida humana na atualidade (SOUZA e KNIJNIK, 2007).

Ao produzir imagens de todos os tipos - fotografias, anedotas, textos, entre outras a mídia fortalece o que se chama de imaginário social coletivo - isto é, as representações que os vários grupos sociais fazem de determinados eventos e personagens, os mitos e “ideias gerais” que nem sempre coincidem com a verdade, mas que são as versões mais difundidas. ( p. 76).

Referendando as questões de gênero, Gill (1994), corrobora com seus estudos, onde esclarece que bem antes de nascermos, o nosso mundo é moldado por nossos pais e por aqueles que nos rodeiam, pois é destes que depende aquilo que podemos nos

tornar um dia. Para ele a mídia tem sua contribuição no processo de produção do ser, à medida que apresenta uma realidade diferente da que se está acostumado. Os exageros cometidos pela mídia, podem comprometer a forma do indivíduo agir e pensar, principalmente em questões relacionadas às identidades de gênero.

Fato é que, segundo Scott (1995), desde o princípio dos estudos feministas, o gênero tem-se propagado nas mais variadas esferas do conhecimento como uma categoria útil de análise sócio histórica, ou seja, os debates que envolvem as questões de gênero já existem há muito tempo, porém, só recentemente, as mídias resolveram explicar tais assuntos enfocando principalmente a igualdade entre os diversos tipos de identidades de gênero. Assim, acreditamos que o enfoque de representações de gênero veiculadas na mídia, colabora no entendimento de práticas hegemônicas que moldam e refletem o organismo social.

Figueira (2008, p. 97), discorre sobre uma prática esportiva hegemônica divulgada na mídia e que deve ser discutida, afirma: “quando a mídia faz divulgação sobre esportes e certas atividades que envolvem força, percebe-se uma grande predominância do sexo masculino em relação, às atletas femininas”. O feminino aparece em maior quantidade relacionado a maquiagem, roupas íntimas, produtos de limpeza, e raramente, as mídias buscam mostrar a capacidade técnica, de equilíbrio e raciocínio que a mulher pode exercer, demonstrando o papel social que a mulher deve executar ou artefatos que somente ela deve utilizar.

Contudo, a escola não pode se abster do diálogo sobre essa temática e das oportunidades do esclarecimento de que:

O sistema de sexo-gênero (...) é tanto uma construção sociocultural, quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social, etc.) a indivíduos dentro da sociedade (LAURETIS, 1994, p. 212).

É possível observar que os interesses midiáticos em mostrar determinado conteúdo para o público, sempre está vinculado a faturar uma maior quantidade de dinheiro, e que o interesse e atenção da mídia é voltado para manchetes e notícias que tragam benefícios e principalmente renda, baseando-se nisso Adorno e Horkheimer (2000, p. 170), afirmam: “Filme e rádio se auto definem como indústria, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores-gerais tiram qualquer dúvida sobre a necessidade social de seus produtos.”

Mediante o papel das mídias, e das representações sociais por elas produzidas, cabe aqui, reconhecer seu papel e sua forte atuação na alienação e dominação dos sujeitos aprendentes.

A cultura contemporânea da mídia cria formas de dominação ideológica que ajuda a reiterar as relações vigentes de poder ao mesmo tempo que, fornece instrumental para a construção de identidades e fortalecimento, resistência e luta. Afirmamos que a cultura da mídia é um terreno de disputa no qual grupos sociais importantes e ideologias políticas rivais lutam pelo domínio, e que os indivíduos vivenciam essas lutas, por meio de imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados pela mídia. (KELLNER, 2001 p. 10-11)

Com essa compreensão, cabe a escola trabalhar questões expostas na mídia e tê-la como aliada no processo de construção do conhecimento, visto que, não se pode negar sua participação cotidiana na vida dos indivíduos que ocupam os espaços escolares.

#### 2.4 MULHERES NA LUTA CONTRA O PRECONCEITO DE GÊNERO

A sociedade em que vivemos sem sombra de dúvidas é extremamente patriarcal, onde as mulheres ainda não conseguem ter voz e vez. Durante muito tempo o pai tem total poder sobre a família, este por sua vez impõe ordens e limites tanto pra os filhos quanto para a esposa (LINS, 2007). A partir disso (ARAÚJO e MATIOTTI, 2004), afirmam que a principal causa da violência contra as mulheres tem sido esse patriarcado na família, que acaba ocasionando uma superioridade masculina, e com isso os homens sentem-se no direito de praticar qualquer ato violento contra as mulheres.

Para Bourdieu (2010), o patriarcado gerou a denominada “Dominação masculina”, que gera a violência contra a mulher e tem aumentado em grandes proporções, sejam elas, físicas, psicológicas, ou mesmo sexual, diante disso o autor conclui:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2010, p. 7-8).

Em virtude de toda essa violência voltada para as mulheres, estas por sua vez começaram a se unir e lutar em prol de seus direitos, essa luta iniciou-se na Inglaterra, quando um pequeno grupo de mulheres resolveram se mobilizar, esta luta ganhou cunho maior quando mulheres de outros países como França, Estados Unidos e Europa aderiram ao movimento, reivindicando tanto direitos humanos, quanto sociais e culturais (PINTO, 2010 p.15). A autora salienta ainda que: “O feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto”. Para as mulheres conquistarem o direito de votar as mesmas, realizavam manifestações, e até mesmo greve de fome, para chamar a atenção de como eram vistas e maltratadas na sociedade.

Com a repercussão das lutas feministas as mulheres ganharam maior força e apoio para continuarem lutando, e assim mulheres de todo o mundo abraçaram a ideia de lutarem pelos seus direitos, fossem eles culturais, sociais, humanos, aumento de salários, direitos á melhores condições de higiene e saúde no trabalho, entre outros, pois toda essa luta se resumia em tentar combater as diversas discriminações que as mulheres vinham sofrendo, simplesmente por pertencerem ao gênero feminino (COSTA, 2005).

Falar em violência de gênero, é algo associado tanto a homens quanto a mulheres, no entanto para Teles e Melo (2002), a expressão “violência de gênero”, está atribuída as discriminações que as mulheres sofrem no seu dia-a-dia, ou seja, é uma violência contra a mulher. Seguindo o mesmo pensamento Souza (2007), afirma:

A violência de gênero se apresenta como uma forma mais extensa e se generalizou como uma expressão utilizada para fazer referência aos diversos atos praticados contra mulheres como forma de submetê-las a sofrimento físico, sexual e psicológico, aí incluídas as diversas formas de ameaças, não só no âmbito intrafamiliar, mas também abrangendo a sua participação social em geral, com ênfase para as suas relações de trabalho, caracterizando-se principalmente pela imposição ou pretensão de imposição de uma subordinação e controle de gênero masculino sobre o feminino. (SOUZA, 2007, p.35).

No Brasil os números só aumentam quando se trata de violência contra a mulher, são incontáveis os tipos de violência sofrida pela mulher nos dias de hoje, apesar de existirem movimentos e entidades que buscam defender as mulheres, o índice de feminicídio só cresce no mundo (PASINATO, 2010). O autor define feminicídio como

qualquer ato violento direcionado á mulher, simplesmente por ser mulher, onde tais atos na grande maioria das vezes acabam com a vida destas.

Com demasiado aumento de violência contra a mulher, foi sancionada a lei Maria da Penha, que objetiva a proteção da mulher contra qualquer tipo de abuso, seja ele físico, psicológico, sexual, etc. A lei Maria da Penha passou a ser resultado de uma grande trajetória de lutas femininas, onde a violência contra a mulher passa a ser algo publico, e que necessita urgentemente de soluções. É com base nisso que a lei Maria da Penha no artigo 1º afirma:

[...] criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (art.1º Lei n. 11.340/ 2006 p. 1.)

Embora a Lei Maria da Penha seja o maior e melhor suporte que as mulheres têm para se apoiarem, a lei em questão apresenta algumas problemáticas, dentre estas a mais prejudicial, segundo a AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras) (2011, p. 48), é:

Governos estaduais criam, mas não instalam os equipamentos (delegacias, casas abrigos etc.). Outras vezes instalam em condições precárias sem pessoal ou sem infraestrutura física necessária. Ou, como ocorre na maioria dos casos, tem debilidades de gestão da rede ou não investem recursos suficiente para a sua manutenção, funcionamento e ampliação. [...] Um dos problemas identificados em nossas ações de monitoramento foram os entraves do sistema federativo, que obstaculiza muitos procedimentos de transferência de recursos. Outra questão é o despreparo dos recursos humanos e a prática de contratação por serviços temporários, levando a equipes provisórias nos serviços [...].

A implementação da Lei com todas as suas especificidades ajudaria de forma precisa a combater o preconceito e violência contra as mulheres, que por vezes, não dispõem de condição para lutar contra as desigualdades de gênero.



### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 SELEÇÃO DOS NOTICIÁRIOS

Levando em consideração que a mídia possui poder de produção de subjetividades e que se faz presente no cotidiano dos sujeitos aprendentes, optou-se pela realização de uma pesquisa de abordagem qualitativa, objetivando analisar concepções de gênero vinculadas em noticiários durante o ano de 2017 e a utilização de noticiários relacionados ao tema gênero no ensino de Ciências\Biologia.

Os noticiários foram coletados de forma aleatória no *GOOGLE*, empresa multinacional americana de serviços online e software, inicialmente analisados e posteriormente apresentados a alunos(as)-mestres(as) do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, para emissão de parecer quanto a sua utilização durante aulas de Ciências e Biologia.

Foram selecionados 10 noticiários veiculados nacionalmente, que estão relacionados ao tema gênero, tendo como critério de seleção, a ausência de cenas forte de agressividade e seu ano de publicação. Posteriormente, os noticiários foram classificados e analisados. Com o auxílio da técnica “Análise de Conteúdos” de Bardin, os pareceres emitidos pelos alunos(as)-mestres(as) foram analisados. Os dados, dessa forma, foram organizados em quatro categorias a saber: sexismo e educação; sexismo e mercado de trabalho; lutas femininas contra o sexismo e questões de gênero e ensino de Ciências\Biologia.

A “Análise de Conteúdos” baseia-se na relação existente entre os instrumentos e a forma como a metodologia é abordada diante de discursos extremamente diversificados, portanto, optamos pela apresentação dos noticiários aos alunos(as)-mestres(as) durante uma das aulas de Estágio Supervisionado I.

Dessa forma, os noticiários foram contemplados e analisados por alunos do Curso de Ciências Biológicas que deram seu parecer quanto a sua utilização ou não durante aulas de Ciências e Biologia. Para coleta dos pareceres referentes ao uso ou não dos noticiários os alunos foram levados a preencher um questionário previamente elaborado, que serviu de análise das subjetividades dos participantes.

### 3.2 ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi realizado no município de Picos - PI, que está localizado geograficamente na região centro-sul do Piauí. Com uma área total de 577 km<sup>2</sup>, está a 206 m de altitude, e a 317 Km da capital Teresina, sendo sua população estimada em 76.749 habitantes segundo dados do IBGE 2016. Picos, atualmente, conta com uma ampla rede de ensino com oferta da Educação Básica e com duas Instituições Públicas de Ensino Superior a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e com algumas faculdades da rede privada de ensino.

**Figura 1** - Vista aérea da cidade de Picos/PI



**Fonte:** Reis, J. Disponível em:< [www.google.com.br/imagens](http://www.google.com.br/imagens)>. Acesso em: 30 de out. de 2018.

A coleta de dados foi realizada na Universidade Federal do Piauí que se localiza na Rua Cícero Duarte, nº 905 - Bairro Junco - Picos/PI e que oferta onze cursos: Bacharelado em Administração de Empresas, Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, Bacharelado em Enfermagem, Licenciatura Plena em História, Licenciatura Plena em Letras, Licenciatura Plena em Matemática, Bacharelado em Nutrição, Licenciatura Plena em Pedagogia, Bacharelado em sistemas de informação, Bacharelado em Medicina e Licenciatura em Educação do Campo(Ciências da Natureza). Os dados foram coletados especificamente com alunos do curso de Biologia que funciona na instituição desde o ano de 2006 e atende a uma clientela de 355 alunos regularmente matriculados.

**Figura 2-** Vista interna da Universidade Federal do Piauí\Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.



**Fonte:** Souza, C. Disponível em:< [www.google.com.br/imagens](http://www.google.com.br/imagens)>. Acesso em: 08 de nov. de 2018.

### 3.3 TIPO DE PESQUISA, PARTICIPANTES DA PESQUISA E INSTRUMENTOS

O trabalho caracteriza-se como descritivo de abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa é utilizada para estudos subjetivos, que buscam analisar as particularidades individuais dos sujeitos. Muitos estudiosos atribuem o termo interpretacionista a este tipo de pesquisa, por buscar interpretar o ser humano. De acordo com Duarte (2002), pesquisas de caráter qualitativo necessitam de uma melhor atenção, pois é uma área voltada para entrevistas, conversas e depoimentos, que devem ser interpretados e analisados da melhor maneira possível para assim obter resultados verídicos e satisfatórios. Atualmente, o uso de pesquisas, descritivas qualitativas vem ganhando um espaço maior no campo científico, diante disso, Moreira (2002 p. 74) afirma: “[...] e com grande dificuldade, a pesquisa qualitativa vai abrindo seus próprios caminhos”.

Um total de 18 alunos regularmente matriculados no Curso de Ciências Biológicas e que estavam cursando o sexto período do curso, momento de oferta da disciplina Estágio Supervisionado I, foram selecionados. No respectivo estágio os

sujeitos se reúnem em sala de aula juntamente com o professor (a) orientador(a), para saber como funciona a prática do estágio, ou seja eles são preparados para atuar como professores dentro da sala de aula, e só apenas nos estágios II, III e IV eles vão para as escolas colocar em prática o que lhes foi ensinado. A escolha dos alunos(as)-mestres(as), vai ao encontro do pensar o Estágio Supervisionado como momento de interação e reflexão sobre a prática docente, portanto, momento oportuno para novas aprendizagens.

Os dados foram coletados através de questionário, com local e data previamente agendados com os colaboradores da pesquisa que puderam se expressar livremente sobre as questões apresentadas. Segundo Parasuraman (1991), um questionário trata-se de um conjunto de questões elaboradas com o objetivo de arrecadar informações precisas para que se consiga atingir metas em um projeto, é um tipo de instrumento muito importante na pesquisa científica, de um modo mais amplo nas ciências sociais, é extremamente necessário que o questionário seja formulado de modo a atender ao objetivo do trabalho. Para Gil (2009), o questionário visa uma investigação por meio de questões que consigam obter dados necessários para a pesquisa.

O questionário elaborado previamente possui questões abertas que levam a compreender a aceitação ou não do uso de noticiários que versam sobre gênero durante as aulas de Ciências e Biologia.

## 4 RESULTADOS

Os noticiários midiáticos estão ganhando cada vez mais espaço na sociedade, pois, são definidos como recursos que estão a transmitir todo e qualquer tipo de notícia que tenha relação com a população em geral. A notícia que é transmitida por meio de noticiários, costuma ser repassada de modo sério e formal e o público alvo são pessoas adultas, por possuírem maior capacidade de discernimento e compreensão. (SANTOS, 2008)

O noticiário pode ser considerado como um dos primeiros recursos informativos, desde o surgimento da televisão, sua abrangência foi sendo ampliada no decorrer do tempo, hoje é notória a participação da mídia em todos os parâmetros da sociedade, seja político, social, econômico ou cultural (SANTOS, 2008). Baseando-se nisso, Sousa (2000, p. 15), afirma que:

Noticiários são artefatos linguísticos que procuram representar determinados aspectos da realidade e que resultam de um processo de construção e onde interagem, entre outros, diversos fatores de natureza pessoal, social, ideológica, cultural, histórica e do meio físico/tecnológico, que são difundidos pelos meios jornalísticos e apontam novidades com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sócio cultural ou seja, num determinado contexto.

Os noticiários selecionados para esse trabalho, estão relacionados ao gênero na educação, no ambiente de trabalho e nas lutas para o enfrentamento do sexismo. Assim, apresentamos a baixo um quadro com o título dos noticiários selecionados e o endereço eletrônico de sua localização. Os noticiários foram selecionados de forma aleatória levando em consideração, apenas a ausência de cenas de violência e seu ano de publicação. No quadro 1, estão dispostos o endereço eletrônico dos noticiários utilizados para realização do trabalho e forma de nomeação.

**Quadro 1** - Noticiários selecionados para análise.

<b>Título do noticiário</b>	<b>Endereço eletrônico</b>	<b>Aqui nomeado</b>
Unesco alerta sobre a desigualdade de gênero no acesso à educação.	<a href="http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/07/unesco-alerta-sobre-desigualdade-de-genero-no-acesso-educacao.html">http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/07/unesco-alerta-sobre-desigualdade-de-genero-no-acesso-educacao.html</a> ,	N1
Desigualdade entre homens e mulheres aumenta; Brasil cai 11 posições em ranking	<a href="http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-11/desigualdade-global-entre-homens-e-mulheres-aumenta-apos-10-anos-de">http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-11/desigualdade-global-entre-homens-e-mulheres-aumenta-apos-10-anos-de</a>	N2
Desigualdades entre gênero aumenta em 2017 mundialmente, aponta fórum Econômico mundial	<a href="http://www.esquerdadiario.com.br/Desigualdade-entre-generos-aumenta-em-2017-mundialmente-aponta-Forum-Economico-Mundial">http://www.esquerdadiario.com.br/Desigualdade-entre-generos-aumenta-em-2017-mundialmente-aponta-Forum-Economico-Mundial</a>	N3
Em pleno 2017 desigualdade entre homens e mulheres cresce.	<a href="https://exame.abril.com.br/mundo/em-pleno-2017-desigualdade-entre-homens-e-mulheres-cresce/">https://exame.abril.com.br/mundo/em-pleno-2017-desigualdade-entre-homens-e-mulheres-cresce/</a>	N4
Como uma foto escancarou a desigualdade de gênero no skate	<a href="https://www.reddit.com/r/brasil/comments/7unv3d/como_uma_foto_escancarou_a_desigualdade_de_g%C3%AAnero">https://www.reddit.com/r/brasil/comments/7unv3d/como_uma_foto_escancarou_a_desigualdade_de_g%C3%AAnero</a>	N5
Como trabalhar a igualdade de gênero na escola.	<a href="http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/como-trabalhar-a-igualdade-de-genero-na-escola/">http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/como-trabalhar-a-igualdade-de-genero-na-escola/</a>	N6
Violência relacionada a identidade de gênero e orientação sexual, faz alunos abandonarem escola	<a href="https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/violencia-relacionada-identidade-de-genero-orientacao-sexual-faz-alunos-abandonarem-escola-21415872">https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/violencia-relacionada-identidade-de-genero-orientacao-sexual-faz-alunos-abandonarem-escola-21415872</a>	N7
Educação precisa enfrentar violência de gênero, aponta debate.	<a href="https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/11/20/educacao-precisa-enfrentar-violencia-de-genero-aponta-debate">https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/11/20/educacao-precisa-enfrentar-violencia-de-genero-aponta-debate</a>	N8
Quinze mulheres morrem por dia no Brasil por violência de gênero.	<a href="http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/quinze-mulheres-morrem-por-dia-no-brasil-por-violencia-de-genero/">http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/quinze-mulheres-morrem-por-dia-no-brasil-por-violencia-de-genero/</a>	N9
Mulheres apoiam mulheres a romper o ciclo da violência de gênero, revela campanha da ONU nos 16 dias de ativismo	<a href="http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-apoiam-mulheres-a-romper-o-ciclo-da-violencia-de-genero-revela-campanha-da-onu-nos-16-dias-de-ativismo/">http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-apoiam-mulheres-a-romper-o-ciclo-da-violencia-de-genero-revela-campanha-da-onu-nos-16-dias-de-ativismo/</a>	N10

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora, 2017.

Os noticiários trazem informações que nos levam a refletir sobre as desigualdades de gênero que permeiam diversos espaços, dentre eles o escolar.

Observa-se também que a temática gênero, tem se tornado assunto recorrente nos noticiários, fator que serve de alerta, quanto a ausência da garantia dos direitos humanos em sociedades preconceituosas. Em função disso, novelas, minisséries, documentários vem abordando temas que retratam essa realidade, intensificando concepções hegemônicas ou alertando quanto ao preconceito vigente. Nos noticiários observa-se a presença de discursos voltados ao sexismo, sendo ampliada a discussão nessa área. Para melhor compreensão do texto os noticiários foram aqui nomeados por N1, N2, N3, ..., N10.

#### 4.1 SEXISMO E EDUCAÇÃO

O sexismo (atitude de discriminação fundamentada no sexo) vem crescendo nos últimos anos, o que torna-se, ainda mais grave, é sua presença nos espaços escolares, local considerado apropriado para reflexão sobre essa temática. Os noticiários N1; N6; N7 e N8 mostraram haver notícias que demonstram a redução e frequência de meninas nos espaços escolares, bem como, a evasão oriunda da violência de gênero, fator preocupante, que apresenta o perfil preconceituoso da sociedade brasileira.

O noticiário N1 apresenta dados conclusivos da Unesco quanto ao número de meninas que não frequentam a escola, 62 milhões. Esse dado está atrelado a constatação que mais da metade da população analfabeta trata-se de mulheres, assim alerta a diretora da Unesco Irina Bokova (2017), “A falta de estudo e de conhecimento, é uma das principais causas de exclusão social”. Partindo desse contexto, é importante ressaltar que, a escola tem um papel fundamental nessa discussão, como mostra o N6, onde é mencionada a forma como a escola precisa trabalhar a igualdade de gênero, afim de amenizar os conflitos gerados acerca dessa questão.

A escola precisa tratar dessa temática, sexismo, para desmitificar estereótipos e preconceitos que ainda persistem na formação dos jovens. Baseando-se nisso, Moreno (2003), acredita que a escola pode ajudar seus alunos/as a pensarem, de forma que também possam questionar, e que a partir disso passem a desvendar maneiras de interpretar o mundo a sua volta e poder organiza-lo. A autora também considera que a escola pode interferir nos pensamentos e atitudes sexistas presentes na sociedade como um todo e no próprio ambiente escolar. No entanto, se a escola não expor tais desigualdades existentes em suas particularidades, a reprodução de preconceitos voltados para desigualdades de gêneros só tende a desenvolver-se cada vez mais.

Outro fator bastante relevante e muito comum dentro das instituições de ensino é o assédio e violência sofrido por algumas alunas. A escola deve estar apta a lidar com esse tipo de situação tão delicada da melhor forma possível, dando suporte e segurança a vítima, fazendo assim, com que, esta não tenha medo de expor o que está havendo (DALAPOLA e NEVES, 2018). Na maioria das vezes o medo que muitos alunos sentem é a principal causa de se desligarem da escola, esse medo quase sempre está relacionado a algum tipo de violência que o aluno acaba sofrendo, e um dos tipos de violência mais frequente está relacionada a identidade de gênero e orientação sexual, como foi reportado no N7, alunos/as com identidade de gênero e orientação sexual diferente da heteronormativa, acabam sendo alvo de preconceito de colegas e até mesmo professores.

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, feita em 2016, realizada pela Secretaria de Educação de Curitiba- PR, 73% dos estudantes LGBT foram agredidos verbalmente por sua orientação sexual e 68% por sua identidade de gênero. Para Nunes (2011, p. 71), a estratégia mais conveniente nesses casos é que a escola crie diálogos com os alunos e professores, pois a comunicação é uma ferramenta poderosa para o bom convívio escolar e mudança de cultura, usando uma linguagem de parceria que semeie mais segurança e confiança. Seguindo o mesmo viés Dani (2009, p. 576), salienta que a identificação de situações conflituosas e violentas entre os alunos, tais como, brigas e gozações, além de intimidações, são funções atribuídas ao professor que ajudam na melhoria de um ambiente com uma melhor convivência entre os alunos.

Com base nessa percepção, é possível notar que não muito diferente do N7, o N8 também elucida a importância da educação para o enfrentamento da violência de gênero, e mais uma vez percebe-se o papel da escola em debates que possibilitem uma melhor compreensão acerca do assunto. É notável que a escola é o fator chave para disseminar tal problema, mas também, a melhor aliada, principalmente quando se trata de violência contra a mulher, assim, Pinho (2006, p.17,) aponta que: “O reconhecimento da igualdade entre mulher e homem é uma ideia que deve ser garantida na prática rompendo preconceitos sexistas tanto na sociedade como na escola”.

Nesse contexto, as mulheres parecem ser as mais prejudicadas por alguns paradigmas impostos pela cultura, onde o sexo feminino é posto como frágil, sensível, delicado. No entanto, não podemos esquecer que os homens também sofrem preconceitos, uma vez que, estes são sempre considerados os mais fortes, com maior



virilidade, poder de domínio, dentre outros. Desse modo, não podem ser delicados e muito menos se sensibilizarem com algo, pois isso também é motivo de preconceito, que por sua vez é alimentado por estereótipos de gêneros, estes estão implantados desde muito cedo na sociedade, cuja a condição de fraqueza e sensibilidade é do sexo feminino e a condição de força e virilidade é do sexo masculino (PEREIRA, 2018).

Compreende-se que as sociedades possuem traços machistas que são incorporados na educação e apresenta estereótipos que adquirimos desde muito cedo. Para Paraná (2010, p. 7), “As noções de estereótipos estão relacionadas a julgamentos que são feitos a um grupo ou a um indivíduo, e que a estes são atribuídos valores negativos que desqualifica e impõe o indivíduo a ocupar uma posição inferior a outrem”.

#### 4.2 SEXISMO E MERCADO DE TRABALHO

Os noticiários N2, N3, N4 e N5 tratam das desigualdades de gênero existentes no mercado de trabalho. Nessa categoria de análise abordamos especificadamente a desigualdade salarial entre os sexos, sendo que essa desigualdade está presente em quase todo o mundo e demonstram o tamanho do retrocesso que estamos vivendo em pleno século XXI.

Os noticiários N2 e N4 destacam a crescente desigualdade de gênero em todo o mundo, firmada na grande discrepância salarial entre os gêneros. É importante ressaltar que no ano de 2017, o nível de desigualdade entre os sexos feminino e masculino só tem aumentado, principalmente no Brasil e que de acordo com o noticiário N4 a expectativa é que essa desigualdade desaparecesse em até 83 anos. Para o ambiente de trabalho espera-se que isso aconteça daqui a 270 anos.

Nota-se que a participação da mulher no mercado de trabalho é mínima, se comparada com a participação masculina, e quando há a participação feminina, são em cargos que demonstram a delicadeza e fragilidade da mulher, essas ocupações são derivadas da reprodução social e cultural, estabelecidas pela sociedade. A forma como homens e mulheres são inseridos no mercado de trabalho é denominado de segregação ou segmentação dos mercados de trabalhos baseado em gêneros, pois os mesmos são selecionados de acordo com sua aceitação pela sociedade (YANNOULAS, 2002).

O N3 apresenta o Brasil com alto índice de desigualdades no mercado de trabalho. O país sofre um retrocesso nos últimos anos, a razão para tal fato está

fundamentada na baixa participação das mulheres na política. Para Costa (1998, p.74), houve avanços na participação feminina na produção da saúde, sexualidade, violência, artes e literatura e mesmo na direção da construção de uma teoria feminista, mas tem ficado em segundo plano, sua participação na política, apresentando-se ainda fragmentada e pouco esclarecedora.

Noticiários anteriores a 2017, revelam a desigualdade salarial entre sexos apontando o salário feminino como três vezes menor que o masculino em mesmo cargo, a constatando o sexismo e demonstrando o preconceito sofrido pelas mulheres dentro do próprio ambiente de trabalho, e isso, simplesmente pelo fato de ser “mulher”. O N5 reafirma a existência de tamanha desigualdade de gênero ao apresentar o skate como um dos esportes de salários desiguais entre homens e mulheres, porém sabe-se que isso se estende a muitos outros esportes.

No noticiário a tetracampeã de skate, Karen Jonz, se posiciona afirmando: “Embora tenhamos conseguido avançar bastante na nossa luta, o espaço que nos é dado na mídia ainda é menor, sem falar na nossa participação nas competições, quando ela existe, que é sempre uma incerteza”. Assim, a campeã esclarece as dificuldades por ser mulher e a desvalorização social por conta do gênero, fator determinante para participação em jogos e condição salarial.

Esse fato acaba sendo prejudicial para a sociedade gerando assim um grande impacto direto no bem estar social. Segundo Carrasco (1999, p. 5), ainda não existe uma discussão acerca das desigualdades salariais e muito menos dos cargos ocupados por mulheres, o autor considera que este fato é tido como “Natural” dentro da sociedade e que por isso, não são buscadas as soluções para esclarecer tais entendimentos, ele ainda ressalta que os níveis salariais femininos estão relacionados as características que as mulheres possuem dentro do ambiente doméstico. Em contrapartida Leite e Salas (2015, p. 13), enfatizam que houve e está havendo um rendimento salarial significativo tanto para homens como para mulheres, e estas vem conseguindo um espaço cada vez maior no ambiente de trabalho, a partir disso monta-se uma discussão em prol de esclarecimentos cabíveis e necessários para diminuição das desigualdades.

#### 4.3 AS LUTAS FEMININAS PELA ELIMINAÇÃO DO SEXISMO

O sexismo ocorre de várias formas e uma das formas mais recorrentes trata-se do preconceito associado à violência, seja ela doméstica ou não. Portanto, grupos de

mulheres, vem de forma ainda tímida, lutando contra tamanho descaso referente a violência contra a mulher. Os noticiários N9 e N10 abordam as lutas necessárias para o enfrentamento da violência de gênero e citam essa questão como um problema social que deve ser combatido com o apoio da comunidade, problema não apenas da vítima, mas, de toda a sociedade.

O noticiário N9, apresenta a taxa de mortalidade das mulheres no Brasil, e essa taxa cresce cada vez mais. As mulheres vítimas da violência doméstica precisam denunciar e apresentar o fato como problema social. Não se trata de uma intromissão de privacidade, mas sim de luta em defesa do gênero feminino, onde todas as mulheres devem se unir para vencer essa luta e não permitir que a intolerância e o preconceito matem a democracia.

Estamos vivendo em um mundo em que a intolerância e o desrespeito acabam prevalecendo em nosso meio, infelizmente isso ocorre em decorrência de atitudes e ações desnecessárias que se tornam cada vez mais frequentes. Na sociedade em que vivemos as mulheres ainda não possuem uma voz tão ativa quanto deveriam ter, elas ainda são vítimas de muitos preconceitos, mais precisamente estão sendo cada vez mais vítimas de agressões físicas por parte de seus parceiros de convívio, e até mesmo na rua são agredidas, seja fisicamente ou verbalmente, fatos esses que precisam urgentemente de soluções (BARROS, 2010).

Heise (1994), Saffioti e Almeida (1995), trazem dados relevantes em suas pesquisas que comprovam que cerca de 50% das mulheres já sofreram algum tipo de violência física ou sexual durante sua vida, esses dados apontam que cerca de metade da população feminina é vítima dessas ações, e que na maioria dos casos a vítima acaba perdendo o seu bem mais valioso, a “Vida”.

Waiselfisz (2012), afirma em seu trabalho que a cada duas horas uma brasileira é morta em decorrência de agressões cometidas pelos parceiros de convívio, namorados e ex-namorados. A partir de dados como esses, foi criada a lei Maria da Penha que tem como função a proteção das mulheres contra qualquer tipo de violência. Desde a criação dessa lei, as denúncias só aumentam, nos levando a compreender que parte das mulheres estão cientes de sua função e buscam proteção. Kinippel e Nogueira (2010), elucidam que a lei citada acima, tem rompido vários obstáculos impostos pela sociedade brasileira, e tem levado a público o drama que tem afetado a mulher no mundo inteiro, a violência doméstica.

Bastos (2007), enfatiza que, o nome dado a Lei em questão, foi em homenagem a uma mulher que sofreu violência doméstica, e que esta lei ainda vem adequando-se as necessidades das mulheres para o combate a violência de gênero.

Um dos fatores que vem chamando atenção da sociedade em geral, é a maneira como as mulheres vem unindo-se, para lutar contra as desigualdades e violências de gênero. Elas compreenderam que juntas tem mais êxito em suas conquistas, pois, a união faz a força (BASTOS, 2007).

É comum nos dias de hoje, a organização de campanhas femininas em defesa de direitos, isso está sendo reportado no noticiário N10, onde uma campanha realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), demonstra que as mulheres estão unindo-se e apoiando-se, para assim romper o ciclo de violência de gênero. Segundo o noticiário, “Saber que não estão sozinhas, e poder contar com alguém próximo, são sinais importantes para o encorajamento de mulheres, que estão sendo alvo da violência de gênero”.

Partindo dessa premissa, a comunidade feminina está se organizando cada vez mais, para lutar por seus direitos. Soihet (2013), considera que as mulheres já conseguiram conquistar significativamente o meio que habitam, principalmente com relação a inserção no mercado de trabalho, o acesso à educação, direito de votar, considerado como uma das maiores conquistas e elegibilidade. Para Santos (2010), a luta das mulheres tem tido resultados expressivos no Brasil, a partir do ano 2000 começaram a ganhar um maior espaço dentro do mercado de trabalho, e ganhar destaques na educação. A luta das mulheres contra a intolerância, desigualdade e violência de gênero a cada dia, vem sendo ampliada e um maior número de mulheres aderem aos movimentos organizados em prol da eliminação do preconceito decorrente da cultura e estereótipos estabelecidos desde sempre pela sociedade.

Diante das lutas que estão sendo traçadas e do novo perfil de mulher que está sendo produzido, a escola tem papel determinante nesse processo, a medida que, ajuda os indivíduos a compreenderem e respeitarem os diversos tipos de gêneros. O respeito deve ser trabalhado nos espaços escolares como forma de atendimento aos direitos humanos e liberdade de ser, estar e sentir-se sujeito de uma sociedade mais humana, justa e democrática.

Cabe aos professores, e não somente a eles, ajudar as crianças desde pequenas a compreender a importância de todos os indivíduos no meio social, isso é possível, através do diálogo e apresentação dos sujeitos que compõem a nossa sociedade,

valorizando cada um, com suas especificidades e singularidades. Também alertar quanto a práticas concebidas como inapropriadas, por causar algum tipo de prejuízo ao ser humano, dentre elas, o preconceito, a violência, o desrespeito, a intolerância. Assim, espera-se da escola o trabalho com a temática gênero no tocante ao respeito da integridade do outro e a sua singularidade.

#### 4.4 QUESTÕES DE GÊNERO E ENSINO DE CIÊNCIAS\BIOLOGIA.

Falar de gênero no ambiente escolar tornou-se relevante, mediante as redefinições do termo e a luta pelo reconhecimento de valores que não estejam relacionados apenas a conceitos heteronormativos. Assim, perguntamos aos alunos-mestres se utilizariam os noticiários que abordam a temática gênero no ensino de Ciências, e obtivemos as seguintes respostas:

Sim, por se tratar de uma questão de conhecimento, e devido as desigualdades de gênero estarem cada vez mais presentes em nosso cotidiano (AM1, 2018).

Sim, porque o ensino de ciências deve ser interdisciplinar, devendo abordar em sala de aula os diversos conteúdos, em especial aqueles que causam impacto positivo na sociedade atual (AM3, 2018).

Sim, pois é de suma importância relatar em sala de aula, as desigualdades ainda existentes entre os gêneros (AM5, 2018).

Sim, devido á necessidade de debates sobre o tema, para que haja entendimento e compreensão por parte dos alunos e também para que seja trabalhado o respeito, tanto no âmbito escolar quanto fora dele (AM7, 2018).

Sim, pois os noticiários nos mostram uma visão ampla sobre a realidade, que infelizmente ainda é tratada como normal, e se levada para sala de aula para ser debatido e questionado, levará os alunos a refletirem sobre a temática (AM9, 2018).

Assim, para os alunos-mestres citados é importante o uso de noticiários em sala de aula, pois as desigualdades entre os gêneros, prevalecem na sociedade atual. Também acreditam que os debates podem ajudar a refletir sobre a temática dentro e fora dos espaços escolares. Cabe aqui ressaltar, que dos 18 alunos-mestres participantes da

pesquisa sobre o uso de noticiários que abordam a temática gênero em sala de aula 10 destes acham viável o trabalho com a temática durante aulas de Ciências/Biologia.

A escola tem papel fundamental no combate a qualquer tipo de preconceito e desigualdade. A comunidade escolar precisa saber como lidar com tais situações relacionadas a discriminação (MESQUITA, RAMOS e SANTOS, 2001). Portanto, para os autores todo e qualquer preconceito, depende da posição que o indivíduo escolhe na sociedade, ou seja, o caminho que se decide trilhar, e ao se posicionar de forma discriminatória os indivíduos diminuem sua liberdade de escolha:

[...] todos os preconceitos se caracterizam por uma tomada de posição moral, já que, como vimos, são ao mesmo tempo falsos juízos de valor. [...] porque todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo. [...] mas o próprio preconceito é, em maior ou menor medida, objeto da alternativa. (MESQUITA, RAMOS e SANTOS, 2001, p. 85).

No entanto, dialogar e debater sobre gênero no âmbito escolar, infelizmente é algo complexo, que foge a padrões pré-estabelecidos, dessa forma, a ausência de reflexões sobre gênero no ambiente escolar, está contribuindo para que a sociedade se torne cada vez mais patriarcal, machista e opressora, ocasionando assim, uma serie de transtornos e conseqüências, de acordo com essa premissa Junqueira (2009, p. 15) explica que:

A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, auto-aversão. E isso se faz com a participação ou omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado.

Quando perguntados se os conteúdos contidos nos noticiários, poderiam ser discutidos em sala de aula os alunos-mestres responderam:

Acredito que as questões de gênero podem ser discutidas sim na escola, pois assim ajudaria com uma melhor reflexão sobre o assunto (AM2, 2018).

Acredito que se essas questões relacionadas a gênero, fossem discutidas na escola o cidadão teria uma melhor formação já que o suporte advindo da família é mínimo (AM10, 2018).

Acredito que quanto mais essas questões forem debatidas, mais rapidamente certas atitudes de desrespeito e desigualdades serão cessadas, o melhor lugar para se iniciar essa discussão é na escola (AM15, 2018).

Acredito que sim, pois dentro da sala de aula, os professores têm como dever, o desenvolvimento do senso crítico dos alunos (AM16, 2018).

Sim, devido o tema abordado ser de ampla importância para todos, principalmente se tratando de violências contra as mulheres, causadas pelas diferenças de gênero, sendo que essa violência pode gerar traumas imensos (AM17, 2018).

É um assunto que precisa urgentemente ser debatido e exposto, pois quanto mais se conhece o problema, mais rápido são encontradas as soluções (AM18, 2018).

Para Émile Durkheim (2003), a principal função do professor é formar pessoas que estejam preparadas em contribuir para uma harmonia dentro da sociedade, ou seja sem tantos problemas acarretados de discórdia e violência. A autora cita ainda que “a educação é uma socialização da jovem geração pela geração adulta” (p.36).

Segundo os alunos AM2, AM10, AM15, AM16 e AM18 os conteúdos contidos nos noticiários analisados, devem sim ser questionados em sala de aula, é nesse âmbito onde existe a oportunidade de expor conteúdos que na grande maioria das vezes são ocultados na família ou em outros espaços sociais. Dentro da sala de aula os alunos terão a oportunidade de refletir sobre tais assuntos, desse modo, se o professor propor debates, conversas e estudos acerca desse assunto, poderá haver um melhor entendimento e reflexão por parte dos alunos, e quanto mais questionada essa temática maior será a compreensão e exclusão de atitudes preconceituosas.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998), que são diretrizes que o Governo Federal estabelece para assuntos direcionados à educação, instruindo os professores a trabalhar com determinadas situações, enfatiza que se tratando de assuntos relacionados a gênero, os professores devam se atentar em transmitir e mostrar a importância da igualdade entre os gêneros, sendo que apesar de demonstrar como a igualdade entre as pessoas é de extrema importância, é importante também para o professor respeitar a opinião dos alunos. É dever do professor apontar as diversas formas de preconceito e trabalhar a exclusão da discriminação a qualquer indivíduo dentro e fora do espaço escolar.

Para o aluno AM17, é de extrema importância a inserção dos noticiários midiáticos com conteúdos relacionados a desigualdade de gêneros dentro da sala de aula, uma vez que a classe mais prejudicada com atitudes e pensamentos desigualitários é a classe feminina.

A escola tem por obrigação romper todos os tipos de preconceitos que existem ou que possam surgir no decorrer do tempo, e as mulheres não podem ser discriminadas dentro da escola ou em qualquer outro lugar simplesmente por ser alvo de uma cultura preconceituosa (BINI, 2016).

Finco (2013), se posiciona ao enfatizar que a diversidade de gênero infelizmente ainda não é tratada como deveria, principalmente dentro da escola, nesse contexto afirma que:

[...] o que percebemos, ao analisar as pesquisas sobre a formação acadêmica ou sobre a formação de educadores/as em exercício, é que esta não tem respeitado a diversidade, tampouco contemplado o debate sobre a temática de gênero, principalmente no âmbito da Educação Infantil (p. 10)

Os alunos AM4, AM6, AM8, AM11, AM12, AM13 e AM14 acreditam não ser possível estabelecer uma relação, entre a temática gênero e os conteúdos de Ciências/Biologia, os mesmos alegam que a compreensão de assuntos como este é mais complexa devido á falta de acesso aos mesmos. Segundo Silva (2012) a apresentação biológica do ser humano nos livros de Ciências/Biologia também dificulta a visualização de possibilidades para o trabalho paralelo com a temática gênero. Assim, os alunos-mestres embora não consigam visualizar mecanismos que levem a um trabalho integrado entre conteúdos de Ciências/Biologia e as questões de gênero, acreditam ser necessário a discussão da temática no ambiente escolar para redução do preconceito e desigualdades de gênero.

Quanto a utilidade dos noticiários todos os alunos-mestres concordam sobre sua importância e utilidade para o trato das questões de gênero, pois a medida que apresentam dados da realidade nacional levam os leitores a refletirem sobre o preconceito velado que existe sobre os gêneros em âmbito nacional e leva a compreensão de questões culturais que definem os preconceitos.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, nos leva a compreender que os noticiários são formadores de opinião e se utilizados adequadamente, podem contribuir ampliando possibilidades de reflexão de conteúdos nem sempre abordados durante a Educação Básica.

Através da utilização dos noticiários que tratam da temática gênero durante as aulas de ciências, os discentes perceberam-se não apenas como seres biológicos, mas, providos de uma cultura que classifica, impõe regras e discrimina a mulher, que passa a sofrer cotidianamente com as mais diversas formas de preconceito e violência. Levam a compreender que as mulheres sofrem com o machismo presente na sociedade heteronormativa e que buscam o seu reconhecimento como sujeito de direito e desejo de respeito. Assim, as lutas organizadas pelo gênero feminino buscam a igualdade de direitos trabalhistas, salariais, educacionais e a eliminação da violência doméstica, bem como uma maior participação das mulheres em espaços tidos como masculinos. Ou seja, uma ruptura com as desigualdades produzidas há décadas e ainda presentes nas sociedades vigentes.

No ensino de Ciências a utilização de noticiários divulgados na mídia, paralelo ao ensino de alguns conteúdos, pode levar a compreensão cultural de fatores ou temas relacionados a vivência dos educandos. Assim, a abordagem biologista deixa de ser a única existente no espaço escolar tornando a cultura reconhecida como parte integrante também desse processo. Ademais podem e devem ser utilizados no ambiente escolar como forma de apreensão da realidade e compreensão de fatos que geram as desigualdades e violências de gênero. Refletir sobre esse assunto, que não faz parte dos conteúdos expostos nos livros didáticos é fundamental para construção coletiva de seres mais humanos e cidadãos de direito..

Agregar a produção midiática ao ensino de Ciências é o grande desafio que propomos nesse trabalho, portanto desprezamos a compreensão apenas conteudista, sistematizada, biologista da realidade que nos cerca e compreendemos que o ensino de Ciências deve abarcar o biológico e a cultura, como forma de compreensão dos seres em toda sua complexidade.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **Violência e o mundo da recepção televisiva**. Novos olhares. ECA/USP, 1999, p. 24-29

ADORNO, T. W. HORKHEIMER, M. A indústria cultural o iluminismo como mistificação das massas. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. In: **Teoria da Cultura de massa**. Luiz Costa Lima (Org.). São Paulo: Paz e Terra, 2000.p. 170

AMB. **Políticas Públicas para a Igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente**. Brasília: CFEMEA, 2011.

ARAÚJO. C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, n.11, p. 65-70. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, M. F.; MATIOLLI, O. (Orgs.). **Gênero e Violência**. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

BANDEIRA, L.; BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.10, n.1, p.119- 41, jan. 2002.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br>> Acesso em: 10 de maio. de 2017.

BARROS, M. D. **Mulheres e homens – diferença e preconceito**, 2010. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/blogs/daniel-martins-de-barros/mulheres-e-homens-diferenca-e-preconceito/>> Acesso: 12 de jul. de 2018.

BASTOS, M. L. Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher- Lei Maria da Penha. Alguns Comentários. In: **Estudos sobre as novas leis de violência doméstica contra a mulher e detóxicos** (11.340/06 e 11.343/06). Doutrina e Legislação. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

BELLONI, I. et al. **Metodologia de avaliação de políticas públicas: questões de nossa época**. São Paulo: Cortez, 2007.p. 86

BERNINI, L. Macho e fêmea Deus os criou!? A sabotagem transmodernista do sistema binário sexual. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**. Natal. v. 5, n. 06, p 34. 2011.

BINI, R. **Devemos discutir gênero em sala de aula?** 2016. Disponível em <<https://www.ceert.org.br/noticias/educacao/10528/devemos-discutir-genero-em-sala-de-aula>> Acesso: 28 de out. de 2018.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOZON, M.; GIAMI, A. Les scripts sexuels ou la mise en forme du désir – présentation de l'article de John Gagnon. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n.128, p.68-72, jun. 1999.

BRASIL. **Lei Maria da Penha** : Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRITZMAN, D. Curiosidades, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

CABRAL, F.; DIAZ, M. Relações de gênero. In: **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Fundação Odebrecht. Belo Horizonte: Gráfica Editora Rona Ltda, 1999. p. 142-150.

CAMARGO, A. M. F.; RIBEIRO, C. *La educación sexual en lo cotidiano de La escuela*. Educar, n. 31, 2003.

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.

CARRARA, S.; RAMOS, S. Políticas, direitos, violência e homossexualidades. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT. In: **Gênero e Diversidade na Escola: formação de professores/as em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

CARRASCO, C. Para uma Economia Feminista - Introdução. In: CARRASCO, C. (ed.). *Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos e nuevos problemas*. (Trad: Sempreviva Organização Feminista). Barcelona: Icaria. 1999.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. v. 5, n. 2, 2005, p. 1-20.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder. Mulher e Política na Bahia**. Salvador: NEIM/ALBa, 1998, p. 74.

CROCHÍK, J. L. **Preconceito, Indivíduo e Cultura**. São Paulo: Robe Editorial, 1997.

DALAPOLA, K. NEVES, M. **Escolas de SP tiveram 967 casos de assédio ou abuso sexual em 4 anos**. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/escolas-de-sp-tiveram-967-casos-de-assedio-ou-abuso-sexual-em-4-anos-26032018>>. Acesso em: 18 de jul. de 2018.

DANI, L. S. C.; Conflitos, sentimentos e violência escolas. **Rev. Diálogo Educação**, Curitiba, v.9, n.28, p. 576, set./dez. 2009

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

DURKHEIM, E. **Ética e Sociologia da Moral**. São Paulo, Landy. 2003.

FARIA, N.; NOBRE, M. (Org.). Gênero e desigualdade. **Cadernos Sempreviva**: Texto para ação feminista, São Paulo, SOF, p. 11-14, 1997.

FIGUEIRA, E. **Caminhando no silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editora, 2008.

FINCO, D. **Infância, cidadania e igualdade de gênero**: desafios para a educação infantil. Santiago - Chile. 2013.p.10.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. College de France, dez. 1970. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

HEILBORN, M. Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade. **Cadernos Cepia**. Rio de Janeiro.v. 5, p. 73-92, 2002.

HEISE, L. *Gender-based Abuse: The Global Epidemic*. **Cadernos de Saúde Pública**, 10 (supl.1):135-45, 1994

JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasil. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. UNESCO, p.15 – 83, 2009.

KELLER, E.F. *Reflections on gender and science*. New Heaven, Yale University Press, 2001.

KNIPPEL, E. L. N., ASSIS, M. C. de. **Violência Doméstica**: A Lei Maria da Penha e as normas de Direitos Humanos no Plano Internacional. Porto Alegre: Ed. Sergio Antonio Fabris, 2010

LAURETIS, T. A tecnologia de gênero. In: **HOLANDA, Eloísa Buarque de (Org.). Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEÃO, A. M. C. **A percepção dos (as) professores (as) e coordenadores (as) dos cursos de Pedagogia da Unesp quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo**: analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência. 259f. 2012. Relatório (Pós-Doutorado em Sexologia e Educação Sexual), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2012.

LEITE, M.; SALAS, C. **Trabalho e desigualdades no Brasil:** desafios e contradições do atual modelo de desenvolvimento. *IdeAs*, n. 5, mai. 2015, p.7

LIMA, G. S.; CARVALHO NETO, A.; LIMA, M. S.; TANURE B.; VERSIANI, F. O teto de vidro das executivas brasileiras. **Pretexto**, v.14, n. 4, p. 65 -80, 2013.

LINS, R.N. **A Cama na Varanda:** arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo: Novas tendências. Rio de Janeiro: Best Seller, 2007; Disponível em :<<[http://www.academia.edu/7507742/Regina\\_Navarro\\_Lins\\_-\\_A\\_Cama\\_na\\_Varanda\\_pdf\\_rev\\_](http://www.academia.edu/7507742/Regina_Navarro_Lins_-_A_Cama_na_Varanda_pdf_rev_)>> Acesso em: 22 de ago. 2018

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LOURO, G. L. **Gênero e sexualidade:** pedagogias contemporâneas. Campinas: Proposições, v. 19, mai./ago. 2008.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.. **Técnicas de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEDEIROS, P. **A Mulher em Questão.** Estudos Feministas, Florianópolis, 17(1): 31-48, janeiro-abril/2009.

MESQUITA, M. L.; RAMOS, S. R.; SANTOS, SILVANA, M. M. Contribuições á crítica do preconceito no debate do Serviço Social In: MUSTAFÁ, Alexandra M. (Org.) **Presença Ética.** vol. 1-anuario filosófico-social do GEPE-UFPE. Recife: UNIPRESS Gráfica e Editora do NE, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1998.

MISKOLCI, R. **Teoria queer:** Um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: UFOP, 2012.

MORAN, J. M. Mudando a educação com metodologias ativas. In: **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania:** aproximações jovens. Coleção Mídias Contemporâneas. 2017 Disponível em< [http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2017/12/mudando\\_moran.pdf](http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2017/12/mudando_moran.pdf)> Acesso em: 12 de out. de 2018

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina:** o sexismo na escola. São Paulo: Moderna, 2003.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson, p. 74, 2002.

NASCIMENTO, A. M. **Curso de Direito do Trabalho.** São Paulo: Saraiva, 1999.

NUNES, A. O.; **Como restaurar a paz nas escolas:** um guia para educadores. São Paulo: Contexto, 2011.

OHNO, S. *La base biologique des différences sexuelles*. In: SOULLEROT et al. *Le Fait Feminin*. Paris, p. 57-68. 1978.

OLWEUS, D. *Bullying at school: what we know and what we do*. Oxford: Blacwell Publishing, 1993, 152 p.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná**. Curitiba/PR: SEED, 2010.

PARASURAMAN, A. *Marketing research*. 2. ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991, 898 e 342 p.

PASINATO, W. Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**. nº 37, 2010, p. 219-246.

PEREIRA, X.N. **A mulher ainda é um sexo frágil ? A história responde**. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/artigos/a-mulher-ainda-e-um-sexo-fragil-a-historia-responde>> Acesso em: 10 de jul. de 2018.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

PINHO, Maria José Souza. **Abordagens de gênero e educação: estratégia para a igualdade e liberdade**. In: Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, 2006, p. 17 Maceió-AL

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia Política**. V. 18, Nº 36. Junho, 2010, p. 15-23.

PRADO, M. A. M. **Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

QUEIROZ, J. **Rumo ao final do arco-iris: O que mudou no discurso sobre personagens homossexuais na grande mídia de entretenimento na última década e por que?** 66 f. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social). Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2005.

RAMOS, A.C. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

RIBEIRO, A.C. BATISTA, A.J. **A influência da mídia na criança / pré-adolescente e a educação como mediadora desse contato**. Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/noticias-dos-nucleos/artigos>> Acesso: 22 de out. 2018.

ROSALDO, M. O Uso e o Abuso da Antropologia: Reflexões sobre o Feminismo e o Entendimento Intercultural. In: **Revista Horizontes Antropológicos**, v.1, n.1, Porto Alegre, 1995.

ROSEMBERG, F. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.27, n.1, p.47-68, 2001.

SANTOS, M.M. S, OLIVEIRA, L, Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2010

SANTOS, W.J. **O papel dos noticiários na informação e no esclarecimento do cidadão** 2000. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/o-papel-dos-noticiarios-na-informacao-e-no-esclarecimento-do-cidadao/40112/>> Acesso em: 10/07/2018.

SAFFIOTI, H; ALMEIDA, S.A. **Violência de Gênero**. Rio de Janeiro, Revinter, 1995.

SARTORI, A. J. **Gênero na educação: espaço para diversidade**. 3º Ed. (2008).

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Publicação Universidade de Salvador: Educação e Sexualidade, 1995.

SEFFNER, F. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. In: JUNQUEIRA, R.D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, p.125- 139, 2009.

SEGATO, R. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. **Série Antropologia**. 22 f. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1998.

SILVA, T. T. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1. ed. v. 1, 274 p. 1996.

SILVA, M. F. R. **Gênero e sexualidade: Práticas pedagógicas interdisciplinares** 2012. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/.pdf>> Acesso: 28 de out. de 2018.

SOARES, G. F. Mulher e espaço escolar: uma discussão sobre as identidades de gênero. In: SILVA, F.F.(Org.). **Sexualidade e escola: compartilhando saberes e experiências**. 2. ed. Rio Grande: FURG, p.81– 87, 2008.

SOIHET, R. A conquista do espaço público. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

SOUSA, J. P. **As Notícias e os seus efeitos**. Coimbra: Minerva, 2000.

SOUZA, S. R. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher**. Curitiba: Juruá, 2007.

SOUZA, J.S.S. KNIJNIK, J.D. **A mulher invisível**: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil, Rev. bras. Educ. Fís. Esp., São Paulo, v.21, n.1, p.35-48, jan./mar. 2007 .

TELES, M. A. de A.; MELO, M. de. **O Que é violência contra a Mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência 2012. **Atualização**: Homicídio de mulheres no Brasil Disponível em:  
<[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012\\_atual\\_mul](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mul). Acesso em: 21/05/2018>.

YANNOULAS, S.C. **Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**, Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.



**APÊNDICE – QUESTIONÁRIO ABERTO****UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS****TEMA: O ENSINO DE CIÊNCIAS E AS NOÇÕES DE GÊNERO  
PRODUZIDAS PELA MÍDIA**

NOTICIÁRIO \_\_\_\_\_

DATA DE PUBLICAÇÃO: \_\_\_\_\_

Após a leitura do noticiário responda:

Você utilizaria esse noticiário em aulas de Ciências ou Biologia? Por quê?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Acredita que as questões de gênero como as expostas nesses noticiários podem ser discutidas no espaço escolar e durante aulas de Ciências ou Biologia? Por quê?

---

---

---

---

---

Os noticiários podem contribuir para a realização de aprendizagens referentes as questões de gênero? Justifique.

---

---

---

---

---

Nome:

Sexo:

Idade:

Naturalidade:

Obrigada por sua participação!!

## **ANEXOS**

## N1

### **1 Unesco alerta sobre desigualdade de gênero no acesso à educação**

No mundo todo, 62 milhões de meninas não vão à escola. As mulheres representam dois terços dos 758 milhões de adultos analfabetos no mundo.

**Cecília Malan** Londres

FACEBOOK

A diretora-geral da Unesco, Irina Bokova, fez um alerta sobre a enorme desigualdade de gênero no acesso à educação. Ela afirmou que, no mundo todo, sessenta e dois milhões de meninas não vão à escola.

A falta de acesso à educação para as meninas têm reflexos sérios lá na frente. As mulheres representam dois terços dos setecentos e cinquenta e oito milhões de adultos analfabetos no mundo. E hoje só 60% dos países conseguiram dar chances iguais para meninos e meninas na educação primária.

A diretora da Unesco - que é a agência da ONU para a educação, a ciência e a cultura - manifestou preocupação com as dificuldades que



meninas encontram para estudar. E reforçou que a falta de estudo, de conhecimento, é uma das principais causas de exclusão social.

Nas palavras de Irina Bokova: "prejudica todas as sociedades, freia o desenvolvimento e mina os esforços de paz". Impossível falar em educação e não pensar na jovem Malala Yousafzai.

A paquistanesa, que foi baleada pelo Talibã dentro de um ônibus escolar aos quinze anos de idade, se formou esse mês no ensino médio, aqui na Inglaterra. A mais jovem vencedora do Nobel da Paz disse estar empolgada com o futuro, mas que pensa, todos os dias, nas milhares de meninas que não conseguem estudar. Reverter esse quadro é a missão dela - e deveria ser a de todos nós.

## N2

### **Desigualdade entre homens e mulheres aumenta; Brasil cai 11 posições em ranking**

*Fórum Econômico Mundial constata aumento da disparidade global entre*

Publicado em 02/11/2017 - 18:10 Por Lidia Neves – Repórter da Agência Brasil □  
Brasília



De acordo com pesquisa, principal piora foi constatada no mercado de trabalhoArquivo/Agência Brasil

Depois de uma década de progresso lento, mas contínuo, em direção à igualdade de gênero, pela primeira vez o Fórum Econômico Mundial constatou aumento das disparidades entre homens e mulheres no planeta. A

□ Especiais □ Fotos Últimas Notícias Editorias

29/08/2018 Desigualdade entre homens e mulheres aumenta; Brasil cai 11 posições em ranking | Agência Brasil

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-11/desigualdade-global-entre-homens-e-mulheres-aumenta-apos-10-anos-de> 2/3

informação consta do *Relatório de Desigualdade Global de Gênero 2017*, divulgado hoje (2) pela organização. Por causa da queda da participação feminina na política, o Brasil caiu 11 posições em apenas um ano.

O estudo indica que 68% da desigualdade de gênero no planeta foi combatida, contra 68,3% em 2016 e 68,1% em 2015. Todos os quatro pilares do relatório apresentaram piora na comparação entre homens e mulheres: acesso à educação, saúde e sobrevivência, oportunidade econômica e empoderamento político. Até o ano passado, os dois últimos itens vinham apresentando evoluções.

Pelo cálculo atual, seriam necessários 100 anos para acabar com a desigualdade de gênero em todo o mundo. No ano passado, a previsão era 83 anos. A pior situação é a do mercado de trabalho, em que a organização estima que são necessários 217 anos para acabar com a desigualdade, mesmo com mais da metade dos 144 países pesquisados tendo melhorado no item nos últimos 12 meses.

“Estamos passando da era do capitalismo para a era do talentismo. A competitividade em níveis nacional e de negócios será decidida, mais do que nunca, pela capacidade de inovação de um país ou uma empresa. Quem entende a integração das mulheres como uma importante força dentro do seu grupo de talentos terá mais sucesso”, afirmou o presidente-executivo do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab, segundo a nota da instituição. O relatório indica que, se a lacuna de gênero na área econômica em todo o mundo fosse reduzida a 25% até 2025, haveria um acréscimo de US\$ 5,3 trilhões ao Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) global.

## N3

Gênero e sexualidade

OPRESSÃO ÀS MULHERES E O CAPITALISMO

### **1 Desigualdade entre gêneros aumenta em 2017 mundialmente, aponta Fórum Econômico Mundial**

Redação

quinta-feira 2 de novembro de 2017 | Edição do dia

(Eduardo Zappia/Bloomberg)



Nessa quinta-feira, 2, o Fórum Econômico Mundial (WEF) divulgou resultados de seu relatório anual que compara a situação entre homens e mulheres de 144 países. São analisadas as áreas de trabalho, educação, saúde e política.

A conclusão do relatório é que 2017 marca a volta do aumento da desigualdade. Se antes a situação já era absurda - com uma redução tão lenta das desigualdades que se previa que se fosse mantido o ritmo de combate a estas apenas em 170 anos se chegaria em um patamar de igualdade - a piora na desigualdade marcada no relatório aponta que esse prazo teria passado para 217 anos.

Em relação ao trabalho, a piora não foi novidade: há quatro anos o relatório aponta aumentos constantes da desigualdade, e atualmente se atingiu o mesmo patamar de 2008, classificado pelo WEF como um "retrocesso histórico".

O que, evidentemente, o relatório não discute são as relações intrínsecas entre o capitalismo e a desigualdade entre gêneros. Se o machismo é um pilar de sustentação elementar do capitalismo, garantindo que a opressão das mulheres tenha como fruto o trabalho doméstico não remunerado, os piores empregos e salários (pressionando ao rebaixamento salarial de todos os trabalhadores, independente de gênero), em um momento de aguda crise do capitalismo, em que se procura descarregar sobre os ombros dos trabalhadores os custos por essa catástrofe capitalista, é evidente que a desigualdade ganha contornos mais drásticos.

A crise capitalista joga ainda mais na miséria bilhões de mulheres em todo o mundo, que são as mais atingidas pela pobreza em todas as partes. A ideia que se procurava vender de um "lento e gradual" avanço rumo à igualdade caiu por terra, junto com todo o discurso de que o capitalismo pode superar o machismo e trazer uma sociedade de igualdade. É impossível superar essa brutal desigualdade que oprime as mulheres em todo o mundo sem derrubarmos o sistema de exploração que a sustenta



## N4

### 1. Em pleno 2017, desigualdade entre homens e mulheres cresce

A lacuna entre homens e mulheres neste ano está 68% fechada. Em 2016, essa percentagem era de 68,3%, avalia relatório do Fórum Econômico Mundial

Por **Gabriela Ruic**

access\_time2 nov 2017, 09h06 - Publicado em 2 nov 2017, 06h00



São Paulo – A caminhada lenta, porém estável do mundo rumo à igualdade de gênero foi interrompida em 2017: a paridade entre homens e mulheres diminuiu. A preocupante constatação é da edição atual do Global Gender Gap Report, relatório produzido pelo **Fórum Econômico Mundial**, que foi divulgada globalmente na madrugada desta quinta-feira, 2 de novembro.

De acordo com o estudo, que avalia 144 países, a lacuna entre homens e **mulheres** neste ano está 68% fechada. Em 2016, essa percentagem era de 68,3% e, em 2015, 68,1%. Segundo a entidade, é a primeira vez em dez anos que essa deterioração é notada em âmbito global. A série histórica do relatório começou em 2006.

O Global Gender Gap Report investiga os países em quatro pilares principais: Participação Econômica e Oportunidade, Acesso à Educação, Saúde e Sobrevivência e Empoderamento Político. Por trás dessa queda, explica a pesquisa, está a redução da igualdade no ponto de vista econômico e político.

No primeiro, que inclui a igualdade salarial, por exemplo, nenhum país fechou totalmente a brecha que separa homens e mulheres, mas 13 deles avançaram cerca de 80%. No segundo, apenas a Islândia conseguiu ultrapassar a marca de 70%. Já nos pilares que avaliam o acesso à **educação** e à saúde, o desempenho global segue estável, com 27 países conseguindo promover a igualdade total na educação e 34 na saúde.

Isso, no entanto, não é suficiente para reverter as perdas que 2017 trouxe para a luta pela igualdade entre os gêneros. Ainda de acordo com a pesquisa, se o ritmo de diminuição da lacuna se mantiver como o observado hoje, levará 100 anos até que as mulheres e homens sejam tratados igualitariamente. Em 2016, a expectativa era a de que tal brecha se fechasse em até 83 anos. No ambiente de trabalho, isso só acontecerá daqui 270 anos.

### **Ranking**

Na edição atual do ranking, não há novidades sobre os países que hoje ocupam o topo: a **Islândia** segue consolidada na primeira colocação, seguida pela Noruega (2<sup>a</sup>) e pela Finlândia (3<sup>a</sup>). No entanto, o topo conta com a presença de países não-europeus, como Ruanda representando a África (4<sup>o</sup>), Nicarágua a América Latina (6<sup>a</sup>) e as Filipinas a Ásia.

Os **Estados Unidos** caíram quatro posições e aparecem em 49<sup>o</sup> entre os melhores países. O estudo nota que a queda do país mais poderoso do mundo se deu por conta da redução na participação feminina no governo Trump, o mais “masculino” do país em décadas: 80% das posições principais do gabinete republicano são ocupadas por homens.

No que diz respeito ao Brasil, o cenário também é preocupante, uma vez que o país caiu onze posições desde a edição anterior do ranking e está em 90<sup>o</sup>. Em 2006, a população brasileira chegou a ocupar a 67<sup>a</sup> posição entre os melhores países do mundo para mulheres, mas o ritmo de fechamento da lacuna que separa os gêneros avançou menos de 3% em uma década

N5**NEXO JORNAL****1 Como uma foto escancarou a desigualdade de gênero no skate**

Juliana Domingos de Lima 31 Jan 2017 (atualizado 02/Fev 11h22)

A final do evento de skate Oi Park Jam foi realizada no último domingo (28) em Itajaí, Santa Catarina. Os campeões nas categorias feminina e masculina, Yndiara Asp e Pedro Barros, foram premiados e posaram lado a lado no pódio.



Divulgada pela página do evento no Facebook, a foto exibe os dois competidores sorrindo: Barros segura seu vale-prêmio, no valor de R\$ 17 mil. Asp ergue um cheque de R\$ 5 mil. A foto repercutiu mal nas redes sociais – recebeu muitos comentários negativos na página do Oi Park Jam e foi compartilhada por perfis e páginas ativistas com críticas à disparidade entre os valores, como o Quebrando o Tabu, cujo post pedindo que “encontrassem o erro” na foto alcançou mais de 100 mil curtidas. Frente às críticas, o campeonato de park – modalidade de skate que será disputada, pela primeira vez, nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 2020 – divulgou um posicionamento em que a organização afirma entender “que este é um debate importante para o desenvolvimento do skate no universo feminino”, e justifica a diferença na premiação pelo maior número de competidores profissionais masculinos, o que elevaria o grau de dificuldade, razão apontada para um prêmio maior dado aos homens. De acordo com o Oi Park Jam, participaram da competição 23 homens, dentre os quais 22 eram profissionais e apenas um amador, e 10 mulheres, sendo 3 profissionais e 7 amadoras. “O número de praticantes de skate ainda é diferente entre os gêneros e o Oi Park Jam reflete essa realidade”, diz a nota. “Para mudar esse quadro, nos esforçamos para garantir que as mulheres tivessem a oportunidade, inédita, de competirem num evento de skate com visibilidade nacional e relevância internacional”, prossegue o posicionamento do campeonato. O argumento defendido pela organização é que essa oportunidade estimula a participação das mulheres na cena, permitindo que, em um futuro próximo, haja o mesmo número de homens e mulheres praticantes no campeonato, “o que levará, naturalmente, à equivalência nas premiações”.

Brasileiras no skate Karen Jonz, brasileira tetracampeã mundial de skate, não vê a diferença entre os prêmios com a mesma naturalidade que a organização do Oi Skate Jam. Motivada pelo episódio na final em Santa Catarina, a skatista se manifestou no dia 29 em um post em sua página no Facebook. “Muitas vezes não percebemos o quão bizarro isso [a diferença nos prêmios] soa, pois eu estou nesse meio desde que skate feminino era uma aberração, a exceção da exceção. Ao ver a comoção que a notícia do valor das premiações provocou, eu percebi que, mesmo que nós tenhamos avançado muito rumo à igualdade, ainda resta MUITO a ser feito”, escreveu Jonz. “Nada disso é normal, e o que nos mata é achar que o mundo é assim.” A atleta pontua que, ainda que treinem tanto quanto os homens, vivam o esporte com tanta intensidade e paixão quanto eles e enfrentem as mesmas dificuldades inerentes ao esporte, elas precisam superar outros desafios, ligados especificamente ao fato de serem mulheres. “Embora a gente já tenha conseguido avançar bastante na nossa luta, o espaço que nos é dado na mídia ainda é menor, sem falar na nossa participação nas competições - quando ela existe - que é sempre uma incerteza. É esse ecossistema de desigualdade que faz com que muita gente do nosso meio ache que ‘tudo bem’ uma premiação pagar três vezes mais para o campeão masculino”, escreveu. Ao lado de outras atletas como Karen Feitosa e Leticia Bufoni, Karen foi uma das responsáveis por dar início a um processo de popularização do skate entre as mulheres no Brasil e de conquista de espaços femininos no esporte, ao longo das últimas duas décadas. Em 2000, foi fundada a ABSFE, a Associação Brasileira de Skate Feminino, entidade dedicada a unir as atletas e regulamentar competições e eventos. Antes da ABSFE, já extinta, competições femininas

não existiam. Meninas como Jonz tinham que se arranjar para participar de torneios masculinos. O primeiro circuito feminino, promovido pela associação e reconhecido pela Confederação Brasileira de Skate, foi realizado em 2005, de acordo com uma reportagem publicada no site do canal de esportes radicais Off, da Globo. Aos 20 anos, Yndiara Asp, que compete desde os 15, é considerada uma promessa. “Acho que mulheres têm o direito de receber os mesmos valores dos homens, a gente está fazendo a mesma coisa ali. Vemos que em muitas profissões existe desigualdade de salário, o mundo é machista, e no esporte também tem”, disse a skatista de Florianópolis ao portal UOL Esporte. Desigualdade nos prêmios Prêmios desiguais para homens e mulheres são uma questão para muitos outros esportes além do skate. Em geral, a remuneração desigual passa pelo desinteresse das marcas, do público e das emissoras de TV, que priorizam a transmissão de competições masculinas, gerando um aporte menor de recursos. O impacto dos patrocínios no volume dos prêmios é um fator destacado pela golfista sueca Annika Sörenstam, em uma reportagem da BBC: por terem mais espaço na televisão, modalidades masculinas atraem mais patrocínio. Em nível mundial, o tênis foi o primeiro esporte a pagar prêmios equivalentes para homens e mulheres, em 1973. O torneio que deu início à equiparação foi o americano US Open, pressionado pela campanha capitaneada pela tenista Billie Jean King e outras oito tenistas mulheres. Dos anos 1970 até 2004, de acordo com a BBC, atletismo, vôlei, skate e outras modalidades também igualaram seus prêmios para os dois gêneros. De 2004 a 2017, mais 12 esportes fizeram o mesmo, incluindo o surf, o squash e todos os campeonatos mundiais de ciclismo

## N6

29/08/2017

### Como trabalhar a igualdade de gênero na escola - Carta Educação

<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/como-trabalhar-a-igualdade-de-genero-na-escola/> 1/3

Especialista elenca atitudes que escolas e professores podem adotar para combater o machismo

THAIS PAIVA 8 de março de 2017

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

(<http://cdn01.cartaeducacao.com.br/wp-content/uploads/2017/03/08014941/feminismo.jpg>)

Da divisão das atividades esportivas à distinta expectativa de aprendizagem em determinadas disciplinas como Matemática. Apesar dos avanços conquistados pela luta feminista, o machismo (ainda está muito presente no espaço escolar.

Para se ter uma ideia, uma pesquisa ([http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/07/ENOIS\\_meninapodetudo2015.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/07/ENOIS_meninapodetudo2015.pdf)) realizada pela agência Énois Inteligência Jovem, em parceria com o Instituto Vladimir Herzog e o Instituto Patrícia Galvão, revelou que 39% das jovens mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de preconceito na escola ou faculdade relacionado ao seu gênero.



Dados como estes mostram como professores e gestores precisam ser orientados a não reproduzir estereótipos e preconceitos dentro da escola. “Dentro de salas, quadras e laboratórios, não pode haver coisas de menino ou de menina. E, quando surgirem conflitos relacionados a gênero, o assunto deve ser abordado de forma clara (<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/por-que-e-tao-dificil-falar-de-genero-na-escola/>), para que sejam convertidos em aprendizado”, conclui o estudo.

Nesta perspectiva, Cláudia Fusco, gerente de conteúdo do OLGA (<http://thinkolga.com/>), projeto feminista criado em abril de 2013, lista abaixo algumas atitudes que as escolas, professores e demais profissionais da educação podem adotar a fim de promover a igualdade de gênero (<http://www.cartaeducacao.com.br/aulas/medio/o-assedio-e-a-violencia-de-genero/>).

#### 1. A desigualdade de gênero deve pautar debates em sala

O essencial é encorajar a conversa sobre o tema sempre que possível. Se o assunto é tratado em sala de aula, cria-se espaço para debate e reflexão.

Acredito que também seja importante mostrar que os alunos podem ter voz e se sentirem confortáveis para fazer perguntas e aprender.

#### 2. Explique o que é o feminismo

Contexto é sempre uma saída interessante para motivar o debate. Por exemplo, dedicar uma aula de História para aprender a origem do Dia da Mulher, entender o papel e o tratamento dado às mulheres em diferentes países. Isso torna a inclusão do tema mais natural, mais palatável.

#### 3. Desmistifique estereótipos e preconceitos

Mitos como o de que os meninos são melhores em Matemática do que as meninas, por exemplo, ainda persistem na formação dos jovens. Por isso, é essencial valorizar a presença e o desempenho femininos na sala de aula, encorajar garotas a participarem de Olimpíadas, torneios ou de grupos de estudo focado. É algo que definitivamente deve ser trabalhado a longo prazo para também transformar a autoestima das garotas.

#### 4. Alunas vítimas de assédio precisam de acolhimento

É essencial que a escola tenha um grupo de conselheiros e assistentes que possam apoiar a garota nesse tipo de situação tão delicada. É também importante que ela não tenha medo e sinta confiança em pedir ajuda a uma autoridade escolar para explicar o que está acontecendo. As redes sociais se tornaram um espaço para denúncias de abuso e má conduta escolar, mas também pode significar exposição da aluna, o que certamente é muito delicado.

## N7

# 1 Violência relacionada a identidade de gênero e orientação sexual faz alunos abandonarem escola

Estudantes são alvo de preconceito de colegas e professores; Temática deve voltar para Base Curricular

□

**POR PAULA FERREIRA / RENATO GRANDELLE**

31/05/2017 4:30 / ATUALIZADO 31/05/2017 11:16





RIO- Quando tinha 9 anos, Junior Philip só andava com meninas na escola. Um colega o perseguia, dizendo que ele deveria ter “postura de homem” e, um dia, o empurrou contra a quina da mesa da professora. Junior, inconsciente, precisou ser levado às pressas para o pronto-socorro. Até hoje, tem uma cicatriz. No fim do ensino fundamental, ele se mudou para uma cidade no interior do Espírito Santo, continuou sendo alvo de bullying, e voltou para o Rio depois de meses. Aqui, para que ninguém o ofendesse por ser homossexual, chegou a namorar uma menina, mas o relacionamento durou pouco. O preconceito contra alunos LGBT é comum nas instituições de ensino, por vezes praticado até com a conivência do corpo docente. Eu muitas vezes era ofendido na frente dos professores, mas eles não falavam nada. Um deles chegou a dizer para meu amigo, também gay, que ele deveria honrar o que tinha entre as pernas — lembra Junior, que largou os estudos no 2º ano do ensino médio para trabalhar e hoje, aos 31 anos, cursa o 3º ano e pretende estudar Moda. — Meus colegas evangélicos falavam que eu ia arder no inferno. Passei a adolescência fugindo dos outros.

Uma das meninas da turma se aproximou de mim e ficamos amigos. Estávamos em ano de formatura e as meninas ficavam falando sobre vestido para ir à festa, até que minha amiga começou a dizer que eu tinha que usar vestido, ficar com meninos. Eu fiquei tão cheio que eu fui até a direção e disse que queria sair da escola. Nessa época eu estava em depressão, porque eu não estava entendendo o que eu era — conta Farias. — Cheguei a voltar a estudar no ano seguinte, em outra escola, mas fiquei com medo do ambiente e saí de novo. Depois não tive mais coragem de voltar. Vou tentar supletivo só para terminar o último ano.

Problemas no ambiente educacional estiveram presentes ao longo de toda formação de Johi, que embora tenha sempre contado com o apoio da mãe, quase nunca encontrou:

Meu corpo e a sociedade foram tentando me colocar naquela caixinha que eu não queria entrar de jeito nenhum. Eu era perseguido por uma garota na primeira série que tentava me bater, me colocava apelido, e eu não entendia porque ela me odiava. Alguns professores riam de mim. Na escola foi sempre um inferno. Desde que entrei até quando saí.

N8

## Senado Notícias

### Educação precisa enfrentar violência de gênero, aponta debate



Da Redação | 20/11/2017, 22h39 - ATUALIZADO EM 21/11/2017, 10h08

A educação é um fator-chave para enfrentar a violência contra a mulher. A avaliação foi feita nesta

segunda-feira (20), pela senadora Regina Sousa (PT-PI), durante debate promovido pela Procuradoria

Especial da Mulher do Senado e pela seção brasiliense do Fórum de Mulheres do Mercosul (FMM-DF). o

evento inaugurou o calendário de atividades com as quais o Congresso se integra à comemoração

mundial dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher, que no Brasil são 21, por

incorporarem o Dia Nacional da Consciência Negra.

— O machismo e o racismo estão incorporados na educação da gente. Quem milita, ainda se policia diante

de suas manifestações. Quem não milita, deixa escapar, como fez o jornalista da Globo, naquele caso de

racismo — disse a senadora na abertura do encontro, que teve como tema Homens Parceiros, Sentimentos

Verdadeiros: pelo fim da violência contra as mulheres.

Roque de Sá/Agência Senado

Senadora Regina Sousa dirige o debate sobre violência contra a mulher

29/08/2018 Educação precisa enfrentar violência de gênero, aponta debate — Senado Notícias

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/11/20/educacao-precisa-enfrentar-violencia-de-genero-aponta-debate-2/2>

Olgamir Ferreira, decana de Extensão da Universidade de Brasília, destacou a importância de o Brasil ter

incorporado o Dia Nacional da Consciência Negra aos 16 Dias de Ativismo, pois no país, afirmou, o

racismo é determinante nas relações sociais e também na violência. Segundo ela, o Projeto Escola Sem

Partido, que tem ganhado espaço no Parlamento, ameaça a desconstrução dos estereótipos de gênero.

Lúcia Bessa, integrante do FMM-DF e da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres,

Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, ressaltou a implantação, em Brasília, de um

sistema de segurança para as mulheres que estão em situação de violência e sob medidas protetivas de

urgência. Chamado Viva Flor, o mecanismo se assemelha ao “botão do pânico”, adotado em outros

estados.

Para Thiago Pierobom, promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a ação

combinada da educação, das campanhas pela valorização das mulheres e de políticas de ação afirmativa

para garantir a presença das mulheres em todos os espaços sociais beneficiaria não só as mulheres como

os próprios homens.

— Os homens também são vítimas de uma masculinidade tóxica, alimentada pelos estereótipos de gênero, que associam a virilidade, a agressividade, à condição masculina. E a delicadeza à condição feminina — disse.

De acordo com o promotor, os homens figuram entre 94% das vítimas de homicídios por armas, são 93% da população carcerária, 75% das vítimas de suicídios e 56% queriam ser mais amigos de seus amigos, mas têm receio de mostrar afeto.

A jornalista Ramíla Moura lembrou a música A Carne, interpretada por Elza Soares. Após cantar o verso “a carne mais barata do mercado é a carne negra”, ela sublinhou a importância da atuação da Procuradoria

da Mulher, do Observatório da Mulher contra a Violência, do Comitê pela Promoção da Igualdade de

Gênero e Raça e do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, órgãos do Senado.

Coordenadora do FMM-DF, Mara Dall Negro foi responsável por garantir a presença de um grande

conjunto de poetas negras e negros, cujas intervenções se intercalaram ao longo das falas, como Jorge

Amâncio, José Sóter, Nilva Souza, Paula Passos, Conceição Targino, Agda Camillo e Michelly Lorranny.

Filha de Agda, Michelly, 11 anos, falou do orgulho de “ser negra e de cabelo volumoso”.

## N9

31/08/2017

### **1 Quinze mulheres morrem por dia no Brasil por violência de gênero**

**A Lei 8.305/14 classifica o feminicídio como crime hediondo e modifica o Código Penal, incluindo o crime entre os tipos de homicídio qualificado.**

A presidente Dilma Rousseff afirmou, ontem, que a assinatura de lei do feminicídio é um momento importante na afirmação da luta que coloca como foco a violência contra a mulher. Ela relatou que 15 mulheres são mortas por dia no Brasil apenas pelo fato de serem mulheres. A fala ocorreu durante cerimônia de sanção da lei que tipifica o feminicídio como crime hediondo.



**Dilma, de azul, defende punições severas para crimes contra mulheres.** (Foto: Roberto Stuckert Filho/PR)

"Em briga de marido e mulher, nós achamos que se mete a colher, sim", disse a presidente, reforçando não se tratar de uma intromissão na privacidade. "Essa morte pelo fato de ser mulher torna a questão de gênero, a questão do gênero

feminino no Brasil especial", afirmou, lamentando ainda a existência do racismo e a violência contra a população LGBT. "O Brasil não deve aceitar jamais ser a terra da intolerância e do preconceito", disse.

Segundo a presidente, intolerância e preconceito são a semente dos piores males e matam a democracia. Dilma alertou que há brasileiros que consideram excessivas as leis que punem racistas e também aqueles que acham que homofobia não é um problema relevante. "Essa visão de mundo não é real e nós não a aceitamos", afirmou.

"Em briga de marido e mulher, nós achamos que se mete a colher, sim", disse a presidente, reforçando não se tratar de uma intromissão na privacidade. "Essa morte pelo fato de ser mulher torna a questão de gênero, a questão do gênero feminino no Brasil especial", afirmou, lamentando ainda a existência do racismo e a violência contra a população LGBT. "O Brasil não deve aceitar jamais ser a terra da intolerância e do preconceito", disse.

Segundo a presidente, intolerância e preconceito são a semente dos piores males e matam a democracia. Dilma alertou que há brasileiros que consideram excessivas as leis que punem racistas e também aqueles que acham que homofobia não é um problema relevante. "Essa visão de mundo não é real e nós não a aceitamos", afirmou.

A ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, classificou a sanção como histórica. "Esses assassinatos são, com frequência, cometidos por pessoas com quem a mulher manteve relação de afeto", alertou. A Lei 8.305/14 classifica o feminicídio como crime hediondo e modifica o Código Penal, incluindo o crime entre os tipos de homicídio qualificado.

## N10

### **Mulheres apoiam mulheres a romper o ciclo da violência de gênero, revela campanha da ONU nos 16 Dias de Ativismo**

18.12.2017

*Sob o lema “Não deixar ninguém para trás: acabar com a violência contra as mulheres”, a campanha da ONU para os 16 Dias de Ativismo se baseou na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável e destacou o protagonismo das mulheres para o fim da violência*

Assista aos vídeos: Arlanza Rebello | Mãe Lúcia | Mãe Nilce

Mãe Nilce apoia mulheres na Baixada Fluminense a romper o ciclo da violência de gênero



Coletivos. Terreiro. Defensoria Pública. Estas são três das redes destacadas nos depoimentos de três mulheres que ocupam espaços estratégicos para acolhimento e apoio às vítimas da violência de gênero. Os relatos foram registrados pela campanha do Secretário-Geral da ONU UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres, com produção da ONU Mulheres e do Centro de Informação Pública (UNIC Rio) e apoio do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030 e da ONG Criola.

De acordo com a representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, as redes são fundamentais para tirar as mulheres em situação de violência do isolamento e do silêncio. “Saber que não estão sozinhas e poder contar com alguém próximo são sinais importantes para o encorajamento de mulheres que estão sendo alvo da violência de gênero. Pode ser o passo decisivo para que elas quebrem o ciclo da violência e procurem serviços públicos de atenção a mulheres em situação de violência. Essas ações são difíceis, mas são amenizadas quando se tem alguém ou um grupo ao lado”, afirma Nadine Gasman.

Sob o lema “Não deixar ninguém para trás: acabar com a violência contra as mulheres”, a campanha da ONU para os 16 Dias de Ativismo se baseou nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo o número 5 relacionado à igualdade de gênero, e destacou o protagonismo das mulheres para o fim da violência e a mobilização de grupos vulneráveis. No Brasil, os vídeos contam o trabalho da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, comunidade de terreiro e coletivo. Foram postados nas redes sociais no Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro.

**Serviços essenciais** – A defensora pública Arlanza Rebello considera que os serviços especializados para mulheres em situação de violência devem responder à demanda por meio do enfrentamento ao sexismo institucional. “A importância de uma instituição ter um olhar sobre as questões de gênero e específicas da mulher faz com que a gente possa utilizar a legislação de uma maneira mais ampla, mais criativa e mais específica. Por meio do discurso de proteção à mulher busca-se sempre a punição do agressor”, salienta.

Conforme a Lei Maria da Penha (Lei n 11.340/2006), a assistência judiciária deve ser garantida por defensoria pública ou assistência judiciária gratuita com atendimento específico e humanizado. À frente do Núcleo Especial de Direito da Mulher e de Vítimas de Violência da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Arlanza Rebello assinala o que aprendeu com as mulheres. “No trabalho com as mulheres, nós aprendemos a fazer uma outra leitura. Quando lidamos com uma mulher em situação de violência, nós estamos lidando com a vida. São os grupos de mulheres que vão dar a essa mulher a dimensão da violência em que ela está inserida para que ela possa buscar outros caminhos”, acrescenta.



Na Baixada Fluminense, Mãe Nilce de Oxum, do Ilê Omolu Oxum, conta que o “terreiro é procurado por mulheres com várias demandas. E a violência doméstica é uma delas. Nós somos de uma tradição matriarcal. A maioria são mulheres e negras. Nós fazemos oficinas para que essas mulheres consigam renda”.

Um dos casos relatados por Mãe Nilce é sobre as oficinas realizadas pelo terreiro, localizado em Nova Iguaçu, e o drama de uma das participantes. “Tinha uma mulher que a mãe cuidava dos filhos dela. Ela fazia curso aqui com a gente. Uma dia ela me chamou e disse que queria se matar. A mãe (avó) não permitia que os filhos dela (vítima) abrissem a geladeira para pegar água. Dizia: ‘a sua mãe não bota nada aqui, então não vai abrir’. Então começamos a doar material, alimentos. Ela começou a aprender a fazer ímã de geladeira. Não ficou rica com isso, mas começou a ganhar um dinheirinho e ajudar a mãe. Foi um ganho que nós tivemos: livrar uma mulher negra de se suicidar por conta disso”.

**Incidência política** – Mãe Lúcia, fundadora do Grupo de Mulheres Yepondá, contou a história do grupo – da sua formação heterogênea à intervenção em espaços políticos. “Nós temos mulheres evangélicas, católicas, umbandistas, sem religião. Lésbicas. Brancas, negras. Mas por tudo que as mulheres negras sofrem que é bem maior do que as mulheres brancas sofrem, o grupo, aos poucos, foi se tornando um grupo de mulheres negras. Elas estão resistindo e mudando a sua história. Elas estão no Fórum de DST/Aids da cidade, no Fórum de Mulheres Negras”, disse. Sobre a violência contra as mulheres, Mãe Lúcia reforça o envolvimento do grupo. “O nosso objetivo é combater a intolerância. É combater, principalmente, a violência contra a mulher. Quando nós conseguimos nos defender, fazer um elo forte, de verdade, a gente freia alguém”, completa.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
 ( ) Dissertação  
 (X) Monografia  
 ( ) Artigo

Eu, Francisca Marielharda Tavares Alves,  
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de  
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,  
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação  
O Ensino de Ciências e as noções de gênero  
produzidas pela mídia  
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título  
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 10 de maio de 2019.

Francisca Marielharda Tavares Alves  
 Assinatura

Francisca Marielharda Tavares Alves  
 Assinatura